

----- ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS: -----

----- Ao vigésimo quinto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se no Cineteatro "Camacho Costa" em Odemira a primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Ana Maria de Oliveira Aleixo, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pela Senhora Maria Manuela Gonçalves Moreira (Primeira Secretária) e pelo Senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Segundo Secretário) e convocada pela primeira ao abrigo do artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Apreciação da Suspensão de Mandato pelo período de seis meses da Eleita pelo Partido Socialista, Tânia Cristina Guerreiro Neves. -----

----- **Ponto dois:** Apreciação e aprovação da Ata Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 17 de dezembro de 2021. -----

----- **Ponto três:** Apreciação de Expediente. -----

----- Ponto Quatro: Apreciação de assuntos de interesse para o concelho: -----

----- a) Apresentação do Relatório Anual de Atividades da CPCJO em 2021. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** 3ª Alteração Orçamental 2022: 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal; 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos: apreciação e deliberação. -----

25-02-2022

-----**Ponto dois:** Protocolos de Colaboração para o fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos da Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto três:** Proposta n.º 1/2022 P - Acordo de Execução para a Adequação e Modernização da Cozinha do refeitório Escolar de Bicos: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto quatro:** Antigo Edifício denominado Casa do Povo de Sabóia: Aprovação da Minuta de Auto de Cedência: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto cinco:** Alteração do Plano Diretor Municipal de Odemira, no âmbito do regime extraordinário de regularização de atividades económicas: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto seis:** Gestão dos Recursos Humanos em Função do Mapa de Pessoal: Primeira alteração ao Mapa de Pessoal para 2022: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto sete:** Abertura de Procedimento de Alienação de 25 Lotes de Terreno para Construção de Habitação para Jovens: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto oito:** Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas: apreciação e deliberação. -----

-----**Ponto nove:** Proposta n.º 1/2022 V-IPR - Atribuição de Apoio Financeiro e Constituição e Cedência de Direito de Superfície sobre uma parcela de terreno de prédio rústico, para construção de novo Equipamento Social - Resposta Social de Creche, da Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes - Creche, Jardim de Infância ATL: apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

-----**Ponto dez:** Proposta n.º 2/2022 V-IPR - Atribuição de Apoio Financeiro e Constituição e Cedência de Direito de Superfície sobre uma parcela de terreno de prédio rústico, para ampliação da Estrutura Residencial Para Idosos e Centro de Dia da Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes: apreciação e autorização do compromisso plurianual. -----

----- **Ponto onze:** Nomeação do Conselho Municipal de Educação: apreciação e deliberação.-----

----- **Ponto doze:** AMAGRA – Associação de Municípios para a Gestão Regional do Ambiente: Ratificação da Alteração dos Estatutos: apreciação e deliberação.-----

----- **Ponto treze:** Regimento da Assembleia Municipal de Odemira – Quadriénio 2021-2025: apreciação e deliberação.-----

----- **Ponto catorze:** Nomeação de Representante da Assembleia Municipal Para a Comissão Consultiva de Acompanhamento da Revisão do Plano Municipal de Odemira.-----

----- **Ponto quinze:** Designação de um cidadão eleitor para a composição da Comissão Alargada da Comissão de Crianças e Jovens de Concelho de Odemira, nos termos da l) do n.º 1 do art.º 17.º da Lei n.º 142/2015, de 08 de setembro, que republicou a Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.-----

----- **Ponto dezasseis:** Cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: apreciação.-----

ABERTURA DA REUNIÃO

----- Compareceram a esta reunião trinta e quatro Membros, a saber: Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Ana Filipa da Costa Catarino, Ana Maria de Oliveira Aleixo, Ana Paula Marques Pereira, António Manuel Viana Afonso, António Paulo Correia Maeiro, Daniel Sobral Balinhas, Dinis Manuel Campos Nobre, Fernanda Isabel Ramos Guerreiro de Almeida, Fernando Manuel da Conceição Guerreiro, Fernando Manuel Martins da Silva Peixeiro, Francisco António Caetano Lampreia, Inês Filipa Lebres Hilário, Joana da Silva Guerreiro Gregório, João Palma Quaresma, João Pedro da Silva Cruz, Manuel de Jesus Campos, Manuel Pedro Gonzalez Fontinhas Lameira Serralha, Marcelo do Carmo Pacheco da Silva, Maria da Glória das Neves Gonçalves Pacheco, Maria Fernanda Gamito Ramos, Maria Manuela Gonçalves Moreira, Maria Teresa Marques Nabais, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa

25-02-2022

Bárbara, Miguel Alexandre Vasconcelos Lourenço, Miguel Forte Prista Monteiro, Nuno Góis da Costa Nogueira, Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, Ricardo Jorge Ruas Cesário, Rute Isabel Loução Fino Duarte, Sofia Marisa da Costa Ferreira, Teresa Alexandra Pereira Bernardino, Ventura José Crujo Ramalho e Vera Lúcia Montes Raposo.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas: -----

----- - à Senhora Maria Fernanda Gamito Ramos, Tesoureira da Junta de Freguesia de Colos, que se encontrava a substituir o Senhor Manuel de Matos Sobral Penedo, Presidente daquela Junta de Freguesia; -----

----- - à Senhora Maria Teresa Marques da Silva Nabais que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Luísa Maria Vilão Palma, eleita pela Coligação Democrática Unitária;-----

----- - à Senhora Rute Isabel Loução Fino Duarte, Tesoureira da Junta de Freguesia de São Teotónio, que se encontrava a substituir o Senhor Dário Manuel Conceição Guerreiro, Presidente daquela Junta de Freguesia. -----

-----Confirmando-se o quórum, pelas vinte horas e cinquenta e um minutos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião. Face às atuais contingências relativas ao combate à pandemia Covid-19, foram respeitadas as medidas de distanciamento social, bem como o uso obrigatório de máscara. -----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes: Helder António Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Raquel Alexandra Lourenço Vicente e Silva, e Isabel Vieira da Silva Palma Raposo, Vereadoras eleitas pelo Partido Socialista. -----

-----Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores, verificou-se que não se registaram faltas injustificadas na sessão ordinária de dezembro, realizada no dia

dezassete de dezembro do ano de dois mil e vinte e um; bem como, na reunião do Grupo de Trabalho para alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, realizada no dia dezanove de janeiro do corrente ano.-----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

----- Neste Período da Ordem de Trabalhos registaram-se as intervenções do(a)s seguintes munícipes: -----

----- 1. A Senhora Cristina Reis, proprietária de um estabelecimento em Vila Nova de Milfontes, que veio expor o seguinte assunto: “Sou natural de Odemira e vivo em Milfontes. Emigrei nos anos oitenta e o que me traz aqui não, não venho de ânimo leve, porque estou numa situação difícil. Estou no Centro Comercial de Vila Nova de Milfontes desde dois mil e dezoito. Fui para o Centro Comercial através do Orçamento Participativo, temos a lavandaria “Rio Mira Self Service” que no início foi formada em nome da minha filha, mas agora é uma empresa familiar. -----

----- A partir do ano de dois mil e dezanove vivemos um inferno. Ando bastante nervosa, sendo o meu estado desde há quatro anos para cá. Existem no Centro Comercial cerca de tinta e duas lojas, estão quase todas ocupadas por imigrantes e ninguém sabe como eles vêm e saem de cá. Têm várias empresas, muitas delas não estão identificadas, nem o horário têm nas montras. Há grandes ajuntamentos e fazem tudo o que lhes apetece no local. Por exemplo rezam no espaço comum das casas de banho do Centro Comercial, sempre o fizeram, lavam os pés e outras coisas nas pias e estas já estão todas estragadas e danificadas por esse motivo. É um espaço comum e não pedem autorização para nada. -----

----- Os meus clientes não podem ir à casa de banho porque se deparam com aquele cenário. A partir das cinco e meia da tarde não posso deixar a minha filha na loja. A partir das dezoito horas fico sozinha na minha loja, a minha filha vai para casa e os clientes a partir dessa altura já não vêm ao Centro Comercial. Aos turistas que se dirigem à minha loja diariamente

25-02-2022

tenho de explicar o que se passa ali. -----

----- Houve uma reportagem do “Sexta às 9” há já algum tempo e eu e os portugueses que ali estão pensávamos que ia melhorar, e melhorou por algum tempo. Os senhores fecharam as lojas e continuaram a fazer os seus negócios fora das lojas, nos espaços de estacionamento. Ninguém percebe que negócios são. Eu não consigo compreender como é que abrem portabagagens de carros cheios de dinheiro e distribuem em plena via pública. São situações que acontecem todos os dias. É enervante! -----

----- As pessoas que ali estão não são pessoas de bem. Naquelas trinta e duas lojas que estão ali só três ou quatro são de portugueses. A senhora do supermercado já não dorme e fez ali um investimento enorme, porque está lindíssimo. Hoje um deles quis-lhe bater. As autoridades são chamadas diariamente e dizem-nos que não podem fazer nada, já estão cansadas também e já não nos respondem corretamente, também porque muitas das vezes eles dizem que isto não é crime e não podem fazer nada. Eu não me sinto ali em segurança. Eu não durmo, eu não quero vender nem alugar o meu estabelecimento. Eu quero continuar a trabalhar em segurança e quero a segurança para a minha filha e para as outras pessoas que estão ali. Não sei como resolver este problema. -----

----- O maior erro que fiz na minha vida foi ter regressado de um país estrangeiro para vir para a minha terra. É incompreensível eu ser uma cidadã portuguesa e não ter ninguém que me defenda, nem aos outros cidadãos portugueses que ali estão. O Condomínio do Centro Comunitário não funciona. A rede é grande. Eu quero trabalhar honestamente. O que é que eu faço? -----

----- Eles estão muito bem informados. Há coisas muito estranhas ali dentro e ninguém investiga e ninguém quer saber. Estão a chegar mais uma remessa deles de dia e de noite. Eu acho que há uma estratégia para ficarem com aquilo tudo. Isto não é normal. Eu gostava de viver no meu país livremente, mas eu não consigo. -----

25-02-2022

----- As pessoas montam uma empresa qualquer e depois não há uma entidade que vá ver se aquela loja é adequada àquele sítio. Ninguém vai fazer uma fiscalização. Há uma loja ao lado da minha que há um ano que não tem o horário lá. Preciso de ajuda!”.-----

----- 2. O Senhor Paulo Reis, residente em Vila Nova de Milfontes, na sua intervenção referiu o seguinte: “Vou primeiro citar Spinoza que disse um dia que «A quem detém o poder interessa que as pessoas sejam afetadas pela tristeza». Venho expressar a solidariedade da minha família para com o Povo Ucrainiano, especialmente para os ucranianos que nós conhecemos e são nossos amigos.-----

----- O outro assunto é o mesmo que a minha esposa acabou de falar, que é o Centro Comercial mais famoso do concelho de Odemira, tão famoso que teve cobertura mediática há um ano atrás, de todas as televisões, que apesar de terem mostrado muita coisa e foi só a ponta do icebergue, não resolveu nada. Todas aquelas pessoas que as televisões mostraram e as atividades que tinham e o que faziam com as pessoas que traziam para trabalhar, continuam lá na mesma como se nada se passasse. Ainda se riem, prejudicando e afetando os negócios das outras pessoas que lá estão, porque não cumprem nada não respeitam o regulamento interno do Centro Comercial. Há zaragatas entre eles, vidros partidos das lojas, mantinham os negócios de fachada abertos até depois da meia-noite, sem acesso às casas de banho.-----

----- Eu fui emigrante, nunca vi nada disto por onde andei. Por muito que eu me queira esforçar para ser tolerante com estas pessoas, porque penso que somos um povo tolerante, porque recebemos toda a gente bem, mas eu não posso ser tolerante com quem não me respeita no meu próprio país, nem a mim, nem à minha comunidade. Essas pessoas não são bem-vindas ao meu país. Se não querem cumprir regras, nem viver dentro dos nossos padrões, será que somos nós que nos temos de adaptar? Parece-me que não.-----

----- Em relação às religiões não tenho nada com isso.-----

----- Eu até tinha muito gosto em receber alguém do Executivo do Município para lhe

25-02-2022

fazer uma visita guiada. Isto para não falar no estado em que estão as lojas, porque não percebemos como é possível cozinham sem exaustores. Eu fico espantado porque trabalhei na hotelaria mais de trinta anos. Como é possível os estabelecimentos estarem abertos naquelas condições, se fosse eu já me tinham fechado aquilo há bastante tempo. Fazem o que querem, o que lhes apetece e não são controlados. As poucas fiscalizações que lá apareceram das Finanças e da ASAE foram para fiscalizar a minha loja.-----

-----Passam-se lá coisas gravíssimas. Eu tenho mais de cem mil euros investidos naquela loja e não sei o que vai ser do meu negócio com o ambiente que aquilo tem. Apesar do aparato das televisões, está tudo na mesma ou pior. Percebemos porque estamos lá todos os dias, qual é a intenção, começam por rodear a loja, se calhar queriam que arrendássemos a loja ou alugássemos, mas não. Aquilo é o nosso trabalho, o nosso ganha-pão, temos muito gosto naquilo que fazemos e fazemos com dedicação. Eu penso que Portugal é um país minimamente civilizado. Parece-me! -----

-----Muito obrigado.” -----

-----3. O Senhor José Silva, fez a seguinte intervenção: “Tenho a Quinta da Alta Vista do Carvalhal. Vinha por este meio pedir um apoio ao Senhor Presidente. Tenho uma parte que não está legalizada, mas creio que houve um mal entendimento por parte da Câmara Municipal, porque deram um número provisório e isso foi à CCDR e no descritivo enviado para lá, meteram que a construção era para habitação e por isso foi automaticamente rejeitada. Mas é para Turismo e assim tinha a oportunidade para legalizar tudo, dito pelo Senhor Paulo Correia da CCDR. Há uma parte que está fora do projeto e a Câmara Municipal pede-me para justificar aquela construção. Trata-se de um projeto de mil novecentos e oitenta e um, fruto de trinta anos de migração, está tudo ali investido. Estou a trabalhar com as circunstâncias que nós temos e queríamos que houvesse autorização para fazer ali um galpão que desse para podermos trabalhar de inverno, porque o turismo funciona três a quatro meses no ano, mas nós queremos

trabalhar os doze meses no ano. Precisamos de apoios para podermos beneficiar os nossos trabalhadores, para que eles possam trabalhar o ano inteiro. Temos de começar a considerar que eles são empregados e não trabalhadores sazonais. Espero que a Câmara Municipal olhe para este projeto que está metido na Câmara Municipal desde oitenta e um. Foi no tempo do Dr. Justino. Tive oportunidade de legalizar tudo, mas como não tinha o terreno em meu nome, porque era de herança e em Parque Natural não foi fácil fazer a divisão desse terreno. Agora queria ver se as coisas se compunham, ou investo ali para poder dar trabalho o ano inteiro ao meu pessoal, ou terei de mudar de concelho e investir noutra concelho onde me dão condições para poder trabalhar.” -----

----- 4. O Senhor Pedro Gonçalves, fez a seguinte intervenção: “Trago dois assuntos, mas primeiro descansar algumas almas inquietas que por aí andam que já tinham saudades da minha presença, alguns, nem todos, e também para atormentar aqueles que não gostam do que aqui costumam dizer. -----

----- Começo por um assunto que não sendo responsabilidade direta do Município, terá de estar, julgo eu, na primeira linha, que é a Estrada Nacional número duzentos e sessenta e três, que liga Odemira, Relíquias, Santa Luzia e Aljustrel. Quem passa diariamente por aquela estrada, como eu e muitos dos que aqui estão, percebem o estado lastimável em que a mesma está. Há alguma perspectiva de obras? Há algumas conversações com o Governo? O que é que existe, porque mais dia menos dia, temos que comprar um todo-o-terreno para poder andar naquela estrada. Tentei contar os buracos quando vinha para cá, cheguei aos duzentos e perdi-me. -----

----- Quanto ao parque desportivo e parque lazer, vulgo campo de futebol e parque de feiras, quem vos ouve falar nisto, como eu já oiço há vinte e cinco anos, já dificilmente acredita no que vai ouvindo, porque a conversa é sempre muito bonita, mas depois está a chata da realidade a desmentir o que vai sendo constantemente dito. Em relação ao campo de futebol

25-02-2022

concretamente, pelo que percebi no último ano o Município de Odemira teve o descaramento de simular o início de obras, mas não me parece que uma entidade como o Município de Odemira vá fazer obras daquele calibre sem projeto, nem valores orçamentados.-----

-----Parece-me que o parque empresarial que estava agregado também a isto já foi por ladeira a baixo. Queria conhecer a versão deste Executivo sobre aquela obra, pese embora saiba que existem pressões exteriores de autarcas de fora da freguesia para que aquilo não seja feito. Queria saber a realidade porque a propaganda conheço eu. -----

-----Desejo ao Presidente um bom mandato e na resposta dispense os formalismos.”-----

-----Na sequência das intervenções do público o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença dos munícipes e prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- - associou-se à manifestação de solidariedade pelo Povo Ucrainiano, considerando que todos deviam estar preocupados com o que se passa na Europa, ainda que a situação pareça distante, porque se trata de uma guerra pela liberdade e pela democracia, pela diferença de interpretação daquilo que pode ser a participação ou a liberdade de cada um dos povos. -----

----- - relativamente à intervenção da Senhora Cristina Reis, lembrou que tinham agendado para o próximo dia um de abril um atendimento, onde podiam conversar mais tranquilamente sobre aquele assunto, que reconhecia que a preocupava muito e a afetava diretamente, designadamente quanto às expectativas que tinha em relação a sua atividade económica, que desejava que se mantivesse no concelho de Odemira. Revelou que se tratava de uma questão que não tinha uma resposta simples e linear, pois tratava-se de um problema complexo. Referiu que em Portugal, pese embora não seja do agrado de muitas pessoas, a política de migração era muito “aberta”, porque procurava responder à falta de pessoas que estava a afetar os países da Europa. Revelou, ainda, que existiam estudos que indicavam que, para manter o crescimento do PIB de um país e a sua economia estagnada, seria necessário que o saldo migratório tivesse cerca de sessenta mil pessoas todos os anos. Reconhece que se tratam

de números cegos, que não olham às pessoas, nem se preocupam com as condições do país para conseguir absorver essa necessidade. Sobre este assunto, disse que já se ouvia falar da necessidade de um ajustamento não só do ponto de vista dos canais de entrada, como também da prevenção, no sentido de saber quem eram as pessoas e se existiam sistemas de acolhimento. Lembrou que as pessoas precisavam de estar em algum local, precisavam efetivamente de trabalhar nos territórios, e isso era uma realidade que abrangia todos, porque acabavam por ter vizinhos não conhecidos, que eram de outras culturas, com outra língua e que tinham outra perspetiva sobre coisas simples como rezar, onde rezar, que tipo de higiene pessoal têm, entre outras. Revelou que tinha sido emigrante e filho de emigrante e reconhecia a dificuldade de integração quando existem níveis e estruturas culturais diferentes. -----

----- Considerou que a velocidade e a quantidade de pessoas migrantes no concelho de Odemira obstaculizavam a forma de as pessoas se conhecerem, dificultava a integração e obrigava a uma preocupação e acompanhamento constante por parte das entidades e, por esse motivo, também não entendia a posição das forças de segurança, nem da gestão do Condomínio, situação que pretendia esclarecer, disponibilizando-se também para visitar o local, porque tinham de encontrar soluções para que todos se sentissem confortáveis naquele espaço. -- -----

----- Por último, sobre esta questão informou que o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes já tinha manifestado a sua preocupação relativamente aquela questão.-----

----- - em relação ao assunto do Senhor José da Silva informou que, após a receção do email do município, tinha solicitado o ponto de situação do projeto à Divisão de Licenciamento, designadamente para perceber se à luz da revisão do Plano Diretor Municipal de Odemira o pedido poderia ser licenciado, pelo que, assim que tivesse a informação, responderia ao município. -----

25-02-2022

----- - quanto às questões relacionadas com a mobilidade e a rede viária no concelho, reconheceu o mau estado em que se encontravam algumas estradas nacionais, designadamente números cento e vinte e três, duzentos e sessenta e três, trezentos e noventa e três e número cento e vinte - de Odemira para o sul do concelho, preocupações já relatadas superiormente, tendo inclusivamente já sido solicitado pelo Senhor Primeiro Ministro as prioridades para o presente mandato, tendo aquelas quatro estradas sido indicadas como prioritárias. -----

----- - informou que a intervenção efetuada no campo de futebol de Colos teve por objetivo claro regular o espaço, porque tinha uma diferença de cotas muito grande. Informou ainda que não existia um projeto para toda aquela área, mas pretendia contratar um “*masterplan*” que incluísse o parque de feiras, o campo de jogos, a ligação à escola, um espaço de lazer, a expansão da melhoria do espaço da Junta de Freguesia e uma área para acolhimento empresarial. Nesta perspetiva, informou que não se poderia comprometer com a execução de obras no campo de futebol ainda no corrente ano. -----

-----Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este Período da Ordem de Trabalho.-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**Ponto um:** APRECIÇÃO DA SUSPENSÃO DE MANDATO PELO PERÍODO DE SEIS MESES DA ELEITA PELO PARTIDO SOCIALISTA, TÂNIA CRISTINA GUERREIRO NEVES-----

-----Foi presente o email enviado pela Senhora Tânia Neves no dia vinte e seis de janeiro do corrente ano, no qual solicitava a suspensão do mandato, por seis meses, por motivos de saúde. --- -----

-----Sobre este assunto, interveio o Senhor Ventura Ramalho que solicitou esclarecimentos quanto ao pedido da eleita, uma vez que no Mapa da Correspondência Recebida vinha mencionado “renúncia” ao mandato. Foi esclarecido pela Senhora Presidente da Assembleia

Municipal que o pedido da eleita Tânia Neves era de suspensão do mandato, pelo que seria corrigido esse lapso no referido Mapa.-----

----- Não havendo mais intervenções foi devidamente apreciada a suspensão da eleita Tânia Neves, tendo sido autorizada.-----

----- Estando presente em sala o membro imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Socialista, procedeu-se à assinatura da Ata de Tomada de Posse da Senhora Ana da Costa Catarino, entrando imediatamente em funções.-----

----- **Ponto dois:** APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS:-----

----- Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação.-----

----- Não se registando qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda. Não participaram na referida votação os Membros: António Paulo Maeiro, Rute Fino, Ana Catarino, Vera Raposo e Ana Paula Pereira, por não terem estado presentes na sessão a que se reporta aquela ata.-----

----- **Ponto três:** APRECIÇÃO DE EXPEDIENTE:-----

----- Embora todos os presentes se encontrassem munidos de exemplares dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária deste Órgão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respetivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

25-02-2022

-----Foi efetuada a correção sugerida pelo Senhor Ventura Ramalho no Mapa da Correspondência Recebida, assunto número setenta e sete. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária.-----

-----**Ponto Quatro:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- a) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJO EM 2021: Foi presente o email enviado no dia vinte e oito de janeiro do corrente ano pela Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira (CPCJ de Odemira), referente ao assunto em epígrafe, o qual ficará arquivado no maço de documentos desta reunião. O Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Odemira, relativo ao ano de dois mil e vinte e um, foi apresentado pela Senhora Presidente da referida Comissão, Ana Correia. -----

-----Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a apresentação efetuada, bem como o trabalho desenvolvido em prol das crianças e das respetivas famílias. - -----

-----Interveio a Senhora Fernanda Almeida para agradecer e realçar o trabalho desenvolvido pela Comissão, que muitas vezes não era compreendido e reconhecido pela comunidade. Informou que também já tinha sido membro daquela Comissão, o trabalho era elevado e muitas vezes as pessoas não sabiam as condições que tinham para o fazer. Considerou que era urgente apelar ao Governo e às autoridades para que fosse alterado o regime de funcionamento da CPCJ, com vista a dotar a Comissão de pessoal técnico a tempo inteiro, porque a realidade da CPCJ de Odemira multiplicava-se por muitas outras existentes no país. Referiu que era inadmissível em pleno século XXI a Comissão funcionar sem um quadro de pessoal permanente. Nessa conformidade e dada a dedicação das pessoas que integram a

CPCJ de Odemira prestou os agradecimentos em nome da comunidade.-----

----- Interveio o Senhor António Afonso que informou que, enquanto membro da Assembleia Municipal, conhecia os problemas e vicissitudes com que se debatia a CPCJ de Odemira, por via até da dificuldade de adesão/cooptação de membros para integrarem a Comissão, bem com os poucos recursos com que se deparava. Nesse sentido, agradeceu o trabalho desenvolvido pela CPCJ de Odemira, na pessoa da respetiva Presidente, extensível a toda a equipa, pelo esforço e pelo trabalho que têm feito, que não era nada fácil como tinha ficado bem explanado na apresentação efetuada.-----

----- Interveio o Senhor João Quaresma para parabenizar o trabalho feito pela CPCJ de Odemira, ainda que existisse uma panóplia de carências que eram apontadas ano após ano, relatório após relatório apresentado na Assembleia Municipal. Considerou igualmente que era necessário dotar a CPCJ de meios efetivos, porque apesar de ser importante a valorização do trabalho desenvolvido, isso não bastava, sendo também necessário desencadear uma ação concertada e estruturada para a ajudar na resolução desse problema.-----

----- Não havendo mais intervenções sobre este assunto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal reiterou os agradecimentos já efetuados à Senhora Presidente da CPCJ de Odemira pela participação nesta reunião.-----

----- À semelhança do que ocorreu nas últimas sessões, as intervenções dos membros da Assembleia Municipal no presente ponto da Ordem de Trabalhos foram efetuadas por Bancada, com limitação de tempo:-----

----- A) BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA-----

----- Interveio a Senhora Maria da Glória Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/ Almogrove que em nome dos eleitos pelo Partido Socialista apresentou a seguinte Moção:-----

25-02-2022

----- “**MOÇÃO**” -----

-----**SOLIDARIEDADE COM A UCRÂNIA**-----

-----A bancada do partido socialista manifesta hoje a sua solidariedade e apoio para com o povo ucraniano e com todos aqueles que estão, neste momento, a ser afetados pela invasão russa.-----

-----Repudiamos o abandono da via diplomática em prol de uma ação militarizada e ofensiva contra uma nação independente.-----

-----Apoiamos a posição transmitida pelo Sr. Presidente da República e pelo Sr. Primeiro-Ministro em receber cidadãos ucranianos que de um dia para o outro se viram forçados a sair do seu país para fugir de uma zona de guerra.-----

-----É imperativo afirmar hoje os valores da união, da democracia e da paz mundial, como noutros momentos que marcaram para sempre a história da humanidade. Infelizmente vemos hoje o princípio de uma história do mundo que nunca mais será igual.-----

-----Pelo exposto a Assembleia Municipal de Odemira, reunida em sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2022, delibera:-----

----- - Expressar a sua solidariedade ao povo ucraniano e todos os afetados com a invasão russa;-----

----- - Manifestar repúdio pela ação ofensiva e contra os direitos fundamentais democráticos e de liberdade de uma nação independente.-----

-----Esta Moção deverá ser enviada à Presidência da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo e à comunicação social Nacional e Regional.-----

-----Os Eleitos da Assembleia Municipal de Odemira.-----

-----Odemira, 25 de fevereiro de 2022”-----

-----Interveio o Senhor Marcelo da Silva que em nome dos eleitos pelo Partido Socialista

apresentou a seguinte Moção: -----

----- **“MOÇÃO** -----

----- **“SAÚDE EM ODEMIRA** -----

----- A crise sanitária espoletada pela emergência da Pandemia COVID-19 desafiou os sistemas de saúde de todo o Mundo numa situação sem precedentes na história da Medicina contemporânea. Dir-se-ia que nenhum país ou sistema de saúde estaria preparado para uma crise de tal dimensão. Muito menos preparados estiveram aqueles que não dispõem de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral, tendencialmente gratuito regido por princípios como a integração de cuidados, a equidade, a qualidade e a proximidade e que permitiu uma resposta pronta e organizada capaz de intervir adequadamente aos vários níveis de prevenção em saúde em que se repercutiu a pandemia, apesar de fragilidades, dificuldades e carências conhecidas, fruto de desinvestimento e desorçamentação que limitam meios financeiros, equipamentos e meios humanos. -----

----- Esta Assembleia teve oportunidade de, em vários momentos, fazer nota às mais diversas entidades das carências vividas no concelho de Odemira no que concerne às infraestruturas, recursos humanos e acessibilidade no âmbito da Saúde. Recordamos a moção proposta pelos eleitos do PS e aprovada por unanimidade nesta AM no dia 28/02/2020, onde se realizou um retrato daquilo que considerámos à altura como um acesso à saúde com grandes défices e dificuldades. -----

----- Parece-nos importante reforçar algumas questões que têm vindo a ser entraves entre os odemirenses e o seu direito à saúde. (art.64 da Constituição da República Portuguesa). -----

----- Hoje o nosso concelho conta com 29 576 habitantes (Censos 2021), cerca de mais 13,5% do que nas passadas estatísticas, e que obriga a realizar uma breve reflexão sobre que percentagem cresceu os nossos serviços de saúde no concelho? -----

----- É ainda hoje muito complicado conseguir uma consulta de medicina geral e familiar

25-02-2022

por falta de recursos humanos e de equipamentos, assim como garantir a implementação dos planos nacionais de saúde no âmbito da prevenção e monitorização dos cuidados de saúde primários. -----

-----É ainda hoje possível encontrar em Odemira, um dos serviços básicos de urgência menos bem equipados de todo o País, com equipamento essencial e obrigatório do ponto de vista legal em falta. A distância da unidade hospitalar mais próxima, devia fazer de Odemira um concelho apetrechado em equipamentos e profissionais de saúde, que garantissem os melhores cuidados até ao hospital. Ainda hoje se aguardam horas e horas no SUB por um transporte inter-hospitalar não urgente que garanta à nossa população acesso a exames complementares de diagnóstico ou observação por médicos especialistas apenas disponíveis em unidades mais diferenciadas. -----

-----Odemira precisa e merece mais investimento na saúde do seu território e dos seus habitantes, e isso não pode teimar em tardar. -----

-----No entanto, e porque o caminho se faz caminhando, é com satisfação que vemos avanços em investimentos ao nível das infraestruturas de cuidados de saúde há muito ambicionados. Os eleitos desta Assembleia congratulam a adjudicação das obras de beneficiação das Extensões de Saúde de São Luís e São Martinho das Amoreiras, bem como a aprovação das candidaturas à beneficiação da Extensão de Saúde de Sabóia e a ampliação do Serviço de Urgência Básica de Odemira que aguardam concurso. Anseiam ainda a conclusão do projeto para nova Extensão de Saúde de Vila Nova de Milfontes que já tem financiamento aprovado. Os eleitos desta Assembleia saúdam o interesse e disponibilidade do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano e da Coordenação do Centro de Saúde de Odemira na relação de parceria com a autarquia no sentido de aproximar os serviços de saúde da população, bem como encontrar estratégias que possam suprimir carências de meios nomeadamente ao nível dos Recursos Humanos. -----

----- Certos de que é um sinal positivo, os Eleitos da Assembleia Municipal de Odemira veem com esperança os investimentos em curso e o estreitar de relações mencionados, ambicionando que se materializem em indicadores de saúde capazes de demonstrar o respeito pela equidade de acesso aos cuidados prestados pelo Serviço Nacional de Saúde por qualquer cidadão em Odemira como por qualquer cidadão noutra parte do país.-----

----- Esta Moção deverá ser enviada à Presidência da República, a todos os Grupo Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, ao Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, à Coordenação do Centro de Saúde de Odemira, ao Executivo da Câmara Municipal de Odemira e a todos os Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Odemira. -----

----- Odemira, 25 de fevereiro de 2022 -----

----- Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira” -----

----- Interveio a Senhora Ana Catarino que em nome dos eleitos pelo Partido Socialista apresentou a seguinte Proposta: -----

----- **“PROPOSTA** -----

----- GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO DA SAÚDE -----

----- Os Eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal de Odemira, face às carências e dificuldades já identificadas no setor da saúde no Concelho de Odemira, ao impacto da Pandemia COVID19 na atividade assistencial mas também ao avanço nos investimentos em infraestruturas de cuidados de saúde no concelho, propõem a constituição de 1 Grupo de Trabalho Temático que permita dar continuidade aos trabalhos já iniciados no mandato anterior atualizando e prosseguindo com a recolha de informação bem como reunir com as várias entidades e responsáveis envolvidos na prestação de cuidados de saúde à população residente no concelho de Odemira.-----

----- O diagnóstico da situação da Saúde em Odemira permitirá a este grupo elaborar um

conjunto de propostas a sugerir à Coordenação do Centro de Saúde de Odemira, Conselho de Administração da Unidade de Saúde do Litoral Alentejano, à própria Câmara Municipal de Odemira e outras entidades decisoras. Admite-se ainda a identificação de problemas que dependam da intervenção do poder central e que esta Assembleia possa encarecer à tutela.

Os Eleitos pelo PS na Assembleia Municipal de Odemira -----
-----25 de fevereiro de 2022”-----

-----“O Grupo de Trabalho é constituído por 11 elementos no total, de todos as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal, com a seguinte representação: -----

----- - 1 representante da Mesa da Assembleia Municipal; -----

----- - 5 representantes do PS;-----

----- - 2 representantes da CDU;-----

----- - 1 representante do JCO;-----

----- - 1 representante do BE; -----

----- - 1 representante do IL.”-----

-----Interveio o Senhor Francisco Lampreia, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, para solicitar o ponto de situação da elaboração do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica (AFIPR) de Vila Nova de Milfontes e, bem assim, quando seria efetuada a apresentação pública. -----

-----Solicitou também o ponto de situação da construção da ciclovia entre as Brunheiras e Vila Nova de Milfontes, alertando para o facto de ter acontecido mais um acidente mortal naquela zona. -----

-----Seguidamente e na sequência das duas intervenções do público naquela reunião, alertou para o facto de a sua Junta de Freguesia já ter passado trezentos e oitenta e um atestados de residência a migrantes, só no corrente ano. Neste sentido, questionou como conseguiriam integrar tantas pessoas e com culturas tão diferentes. Referiu que o elevado fluxo contínuo de

migrantes, desde há alguns anos, os colocava numa situação muito complicada porque não tinham condições para receber tantas pessoas e criava pressões a vários níveis, referindo inclusivamente que os jovens casais não conseguiam habitações em Vila Nova de Milfontes porque estavam todas ocupadas por migrantes, nas condições que todos conheciam e com os problemas sociais que já existem.-----

----- Interveio a Senhora Joana Gregório que referiu que “a Semana Aberta decorreu entre o dia catorze e vinte de fevereiro nas freguesias do interior do concelho de Santa Clara-a-Velha, Sabóia e Luzianes-Gare. Quais as conclusões desta semana de trabalhos? Como foi a receptividade da comunidade local, se foi participada ou não? E se consideram que esta metodologia de gestão autárquica funciona efetivamente e se é para dar continuidade no decorrer do mandato?” -----

----- Interveio o Senhor António Afonso que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, neste momento, de acordo com os dados oficiais do Ministério do Ambiente, 91% do território português está já em seca severa ou extrema. Odemira não foge, infelizmente, a esta realidade nacional!-----

----- Esta Assembleia já teve oportunidade em anteriores Moções aprovadas, por unanimidade, de manifestar a diversas entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, a sua enorme preocupação pela difícil realidade a este nível e que se vem apresentando cada vez mais problemática. A Barragem de Santa Clara, cuja expectativa até agora gorada de ver valores repostos no seu nível, mantém-se nos 41% da sua capacidade.-----

----- Sabe-se já que o Governo vai destinar cinco milhões de euros do Fundo Ambiental para campanhas de sensibilização e para soluções de contingência (anunciado 4.ª feira). -----

----- Prevê-se também condicionamento de determinadas atividades com o objetivo de poupança da água: lavagens de ruas e de automóveis, rega de espaços verdes, etc, sendo que antes já havia o Governo cessado a exploração em termos de energia a nível de algumas

25-02-2022

barragens, para com isso mitigar este problema.-----

-----Segundo é noticiado pelo Ministério do Ambiente ocorreram reuniões de trabalhos ao nível das regiões hidrográficas, com o objetivo de proceder ao levantamento das medidas necessárias futuramente a adotar. Não querendo tornar exaustiva a enumeração das medidas já anunciadas ou em estudo pelo Governo Central, pergunto se da parte da Câmara Municipal de Odemira e, neste caso concreto, estão a ser pensadas ou estudadas medidas de mitigação de tão urgente e atual problema: a Seca.”-----

-----B) BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA-----

-----Interveio o Senhor Nuno Góis que disse o seguinte: “O Senhor Presidente na última Assembleia Municipal disse que das cinquenta e sete perguntas era muito complicado responder a todas e deixou umas quantas por responder e eu vou só pegar numa questão que levantei sobre a tomada de posição unanime da Assembleia Municipal no dia nove de maio, sobre o Desenvolvimento Sustentável de Odemira. Das reivindicações que daqui saíram fala-se da revisão imediata da Resolução do Conselho de Ministros; da tomada de medidas preventivas urgentes no âmbito do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; da criação de um programa específico de habitação para o território; do Plano de gestão e eficiência e resiliência da Albufeira de Santa Clara; de um plano de intervenção económica e social para o concelho; entre outras. Perguntei ao Senhor Presidente qual era o posicionamento do atual Executivo sobre esta matéria, porque isto foi uma posição tomada por unanimidade por esta Assembleia. Não recebemos resposta nenhuma das várias entidades a quem colocamos isto. Temos um novo Executivo. Qual é a posição do Executivo perante a posição unanime desta casa”.-----

-----Por último, perguntou sobre o ponto de situação do abaixo-assinado para construção de um Crematório em Odemira, tendo em conta que na última informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal o assunto estava para sua análise.-----

----- Interveio a Senhora Maria Teresa Nabais, que em nome dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentou a Moção que seguidamente se transcreve: -----

----- **“MOÇÃO** -----

----- 8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER -----

----- O dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, transformou-se num símbolo de luta, mobilização e reflexão sobre as discriminações, violências morais, físicas e sexuais que as mulheres ainda sofrem. A sua comemoração tem uma renovada atualidade ao tornar presente todo um património histórico de resiliência, de coragem, de sofrimento e de luta das mulheres pela conquista dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais. -----

----- Historicamente está associado a reivindicações trabalhistas na Europa e na América do Norte, entre o fim do século dezanove e o princípio do século vinte. A uma greve das operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque e a greves de mulheres russas, seguiram-se manifestações que levaram às ruas de várias cidades milhares de mulheres em luta pela igualdade de direitos, contra todas as formas de discriminação, sobretudo laborais, como a desigualdade salarial, o excesso de horas de trabalho, o direito à maternidade. Seguiram-se outras lutas, como a pelo direito ao voto. -----

----- Além da importância histórica, esta data reflete uma luta ainda muito atual. Decorridos mais de cem anos, os problemas persistem a nível mundial. -----

----- O dia 8 de Março é um dia para encher as ruas, em diversos locais do mundo, com pessoas de todas as culturas, unidas contra a opressão, a diferença de salários e oportunidades, a violência, a violação, a humilhação que demasiadas mulheres ainda sofrem. É um dia de reflexão, de reconhecimento e de unir estratégias para lutar, uma luta que tem de ser feita todos os dias, com coragem, determinação, denúncias, indignação. É um dia para acreditar numa sociedade mais justa, igualitária, sem discriminações, mais rica e mais feliz. -----

----- A Assembleia Municipal de Odemira, reunida a 25 de fevereiro de 2022, -----

25-02-2022

----- - Saúda todas as mulheres e em particular as mulheres do Concelho de Odemira, reconhecendo a importância e justiça das reivindicações pela igualdade de direitos e oportunidades, não ignorando os sacrifícios a que muitas estão sujeitas. -----

----- - Compromete-se na defesa e promoção da igualdade, contra todas as formas de discriminação. -----

-----Os eleitos da CDU”. -----

-----Interveio a Senhora Vera Raposo, que em nome dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentou o Voto que seguidamente se transcreve: -----

----- **“VOTO EM DEFESA DA PAZ E PELO FIM DA ESCALADA DE CONFRONTAÇÃO NA EUROPA** -----

-----Expressando a sua profunda preocupação pelos graves desenvolvimentos na situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares da Rússia na Ucrânia; -----

-----Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar ofensivo junto às fronteiras da Rússia, assim como da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar.-----

-----A Assembleia Municipal de Odemira, reunida no dia 25 de fevereiro de 2022, -----

----- - Apela ao urgente apaziguamento do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocial;-----

----- - Sublinha a premente necessidade de iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e à resposta aos problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia; -----

----- - Insta a que, em defesa dos interesses e das aspirações do povo português e dos povos de toda a Europa, o Governo português atue de forma a favorecer o fim da escalada de

confrontação, a solução negociada dos conflitos internacionais, a paz e o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa. -----

----- Os eleitos da CDU”. -----

----- Interveio o Senhor Daniel Balinhas, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias, que alertou para o mau estado dos Caminhos Municipais números mil cento e vinte e sete e quinhentos e trinta e dois, realçando especialmente o estado do último, que se encontra cheio de buracos, o pavimento era muito estreito e as bermas muito baixas. Informou que tinha conhecimento que estava a decorrer um procedimento concursal para a reparação do mesmo e, nesse sentido, perguntou o que estava previsto executar quando se falava em reclassificação, ou seja, se previa a pavimentação total com alargamento do piso ou seria apenas um tapamento de buracos. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal para questionar os dois membros da Coligação Democrática Unitária que ainda não tinha intervindo, mas que se encontravam inscritos, se conseguiam efetuar essa intervenção no minuto que ainda restava à Bancada neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Interveio o Senhor Nuno Góis que lamentou esta situação e lembrou que na reunião do Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira tinha ficado acordado experimentar os horários/ tempos propostos por bancada já nesta sessão. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que não se recordava daquele acordo, estranhando o mesmo, até porque a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, que até era genérica naquela cláusula, ainda não tinha sido apresentada a todos os membros, nem aprovada pelo órgão. -----

----- Nesse sentido interveio apenas o Senhor João Quaresma que relativamente à Moção apresentada pelos eleitos do Partido Socialista sobre a Ucrânia, saudou o acolhimento do Partido Socialista ao regresso das questões internacionais, que tanto criticaram no passado

25-02-2022

quando eram trazidas pela CDU e pelo BE nesta Assembleia Municipal, remetendo sempre para o motivo de que seriam questões acessórias para tratar ali, dado o volume de assuntos das ordens de trabalhos. Considerou ainda que se tratava de uma questão complexa, que não se devia tomar partido de nenhum dos dois lados, porque na guerra ninguém ganhava. -----

-----Seguidamente e referindo-se à água e crise de seca, informou que foi referido por um responsável pela Associação de Beneficiários do Mira que não existia água suficiente para a campanha de rega do ano de dois mil e vinte e dois, com os meios técnicos disponíveis. Sabendo que o Município de Odemira participou numa reunião com aquela entidade no dia vinte de janeiro, na qual também compareceram várias entidades relevantes para o processo, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal informações sobre as conclusões da referida reunião, nomeadamente sobre medidas para mitigar os efeitos da seca. -----

-----Relembrando que o Presidente da Câmara Municipal já tinha afirmado que era pela gestão sustentável da água no concelho de Odemira, questionou sobre que medidas concretas estavam a ser tomadas pelo Município de Odemira, na parte que lhe dizia respeito no abastecimento de água, para diminuir a ineficiência que ocorre nesse sistema. -----

-----Seguidamente, reiterou a pergunta para quando é que a população da margem esquerda da Estrada Nacional número trezentos e noventa, no sentido sul-norte, na zona dos Foros do Freixial, Brunheiras, tinha acesso à água de abastecimento público. Relembrou que aquela população residia em frente ao depósito de água que já abastecia a Aldeia Bugaga. -----

-----Finalmente, relativamente ao Plano de Urbanização da AFIPR de Vila Nova de Milfontes, questionou o que iria acontecer às construções feitas desde o último momento do levantamento feito pela GeoAtributo. -----

-----C) BANCADA DA COLIGAÇÃO JUNTOS PARA CUMPRIR ODEMIRA-----

-----Interveio a Senhora Fernanda de Almeida que fez a seguinte intervenção: “Boa noite Senhora Presidente -----

----- Boa noite Senhor Presidente -----

----- Boa noite a todos os eleitos presentes e restantes cidadãos presentes ou que nos
seguem à distância.-----

----- Porque o ideal que nos rege é a defesa incondicional da liberdade e da paz, iniciamos
a nossa intervenção manifestando a nossa solidariedade com o povo ucraniano e todos os povos
que são vítimas de autoritarismo e guerra. -----

----- Antes de dirigir as nossas questões ao Sr. Presidente queria deixar aqui uma sugestão
à Sra. Presidente e restantes membros da assembleia: não estará na hora de reativar o Grupo de
Trabalho do Estado das Estradas, atualizar o “dossier”, alargá-lo às estradas municipais e
enviar para as entidades competentes logo que a nova Assembleia da República e o novo
Governo tomem posse?-----

----- Apresentamos agora uma lista de questões:-----

----- • Já foi reavaliada a situação do crematório? -----

----- • Qual o destino a dar ao espaço da antiga carpintaria no Bairro do Castelo, em
Odemira, recentemente adquirido pela CMO (segundo as atas das Sessões de Câmara) e para o
qual foi declarado interesse arqueológico? -----

----- • Relativamente à aquisição de um lote de terreno no Bairro Roça Matos gostaríamos
de ver esclarecidas duas questões: -----

----- - O lote foi vendido pelo município a um munícipe que agora o vendeu ao município,
certo?-----

----- - Qual a finalidade da sua aquisição?-----

----- • Qual o ponto de situação dos seguintes concursos: -----

----- - Rede de transportes municipais e intermunicipais? -----

----- - Arquivo Municipal? -----

----- - Centro Escolar de S. Luís? -----

25-02-2022

----- • O que foi decidido em reunião a que o Sr. Presidente assistiu sobre o uso sustentável da água?-----

----- • Recebemos queixas de atrasos na leitura dos contadores da água e consequentes implicações na conta da água dos utentes em Odemira, Boavista dos Pinheiros e Vila Nova de Milfontes. Sendo uma situação a lamentar e acima de tudo a evitar, o que nos pode dizer sobre isso?-----

----- • Há alguma novidade sobre o PIN de Vila Formosa, nas Furnas, um paradigma do “interesse nacional”? -----

----- • No Centro de Inovação e Excelência está previsto, ou há possibilidade de vir a instalar, um espaço de estudo e preparação para avaliações e exames que possa ser utilizado por alunos universitários do nosso concelho e que possa funcionar durante 24 horas? -----

-----Congratulamo-nos com a surpresa positiva de termos recebido a resposta às questões colocadas pela “Coligação Juntos para Cumprir” na sessão anterior em tão curto intervalo de tempo. Esperemos que se mantenha essa prática e nunca cheguemos aos 2 anos do executivo camarário anterior.-----

-----Relativamente às respostas dadas apresentamos as seguintes questões/dúvidas/apreciações: -----

----- • Relativamente ao mercado municipal passo a citar a resposta “Trata-se um procedimento para aquisição de serviços, já em execução, que pretende, com base num estudo preliminar, a definição de local e tipologia de mercado municipal para a vila de Odemira, bem como o subsequente projeto de arquitetura para desenvolvimento do mesmo.”-----

-----Depreende-se que se levanta a hipótese de um novo edifício. Que destino dar ao atual?

----- • Que informações nos pode dar, neste momento, relativamente ao “Concurso do apoio balnear do Almogrove”, tanto tempo volvido entre a proposta e a execução do mesmo? ---

----- • Agora a “Casa do Arco”, o verdadeiro paradigma da utilidade pública! Depois de

adquirido pela Câmara Municipal de Odemira já foi:-----

----- - museu, -----

----- - instalação hoteleira, -----

----- - sede da Rota Vicentina -----

----- Digamos que foi “tudo e coisa nenhuma”. -----

----- Para nosso espanto, e pela resposta que recebemos, vão “começar as obras pelo telhado”. -----

----- Convenhamos que há melhores formas de gerir o dinheiro dos odemirenses! -----

----- Odemira, 25 de fevereiro de 2022 -----

----- Os eleitos pela Coligação “Juntos para Cumprir”. -----

----- Foi igualmente apresentada a seguinte Proposta: -----

----- **“PROPOSTA** -----

----- GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DO ESTADO DAS ESTRADAS NO
CONCELHO DE ODEMIRA -----

----- O Grupo de Trabalho é constituído por 11 elementos no total, de todos as forças
políticas representadas nesta Assembleia Municipal, com a seguinte representação: -----

----- - 1 representante da Mesa da Assembleia Municipal; -----

----- - 5 representantes do PS; -----

----- - 2 representantes da CDU; -----

----- - 1 representante do JCO; -----

----- - 1 representante do BE; -----

----- - 1 representante do IL.” -----

----- D) BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA -----

----- Interveio o Senhor Ventura Ramalho que referiu em primeiro lugar que aguardava
com expectativa a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal às perguntas efetuadas

por ele na última reunião da Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente, referiu que no dia vinte e dois de fevereiro, o Ministro José Matos Fernandes anunciou que o Governo e as Autarquias iam avançar com medidas com o objetivo de poupar a água, devido à seca extrema que estavam a passar. Sabendo-se que a Barragem do Monte da Rocha que abastece o norte do concelho de Odemira encontra-se em pior condição de capacidade do que a Barragem de Santa Clara, que medidas pensa o Município de Odemira tomar para mitigar aquele problema.-----

-----Por último, apresentou os seguintes documentos escritos:-----

----- **“MOÇÃO**-----

----- **DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES**-----

-----Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia 8 de Março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda são negados.-----

-----O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades.-----

-----Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política.-----

-----Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante.-----

----- Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpar agressores e responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional. -----

----- O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita em todo o mundo. Portugal não é exceção e no parlamento e fora dele, assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade, da solidariedade. -----

----- Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres. -----

----- A Assembleia Municipal de Odemira, reunida a 25 de Fevereiro de 2022, saúda o Dia Internacional das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda falta travar. -- -----

----- ODEMIRA, 25 de Fevereiro de 2022-----

25-02-2022

----- Ventura Ramalho -----

----- Deputado Municipal do Bloco de Esquerda” -----

----- **“RECOMENDAÇÃO** -----

----- **PELA REGIONALIZAÇÃO** -----

----- Como se deve organizar administrativamente um Estado para diminuir as desigualdades entre os territórios? Para se obterem respostas mais adequadas a um desenvolvimento harmonioso do país é ou não necessário criar um outro nível de decisão administrativa sub-nacional, entre Estado central e municípios? -----

----- Quem elaborou a Constituição de 1976 deu resposta a estas questões, estipulando no artigo 237º que “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”. E no artigo 238º que “as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”. -----

----- As disposições constitucionais sobre as regiões administrativas nunca foram concretizadas. O país conhece os efeitos nefastos da excessiva centralização da administração estadual e as autarquias sentem de forma muito intensa o desperdício económico, as ineficiências, as desigualdades territoriais e sociais, o enfraquecimento da democracia que daí decorrem. A descentralização de competências para as regiões administrativas é um imperativo democrático, uma condição necessária a uma justa distribuição de recursos pelo território e à redução das desigualdades regionais que têm causado graves disfunções económicas, sociais e ambientais. -----

----- A relação direta entre a existência de regiões administrativas e um desenvolvimento económico e social mais inclusivo é uma das principais conclusões do relatório “Decentralisation and Regionalisation in Portugal” publicado pela OCDE em 2020. E o XXV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) realizado em

Dezembro último aprovou uma resolução em que considera fundamental a criação de regiões administrativas, como contributo para a correção de desequilíbrios territoriais e para o reforço da cidadania. -----

----- Para além do processo em curso de transferência de competências do Estado para os municípios, que tem merecido de muitos municípios justas reticências, é absolutamente necessário concretizar a criação das autarquias em falta: as regiões administrativas. Para se avançar para um país menos desigual, para a promoção do desenvolvimento regional, da coesão social e territorial, para o fortalecimento dos serviços públicos locais, para criar uma escala regional de participação democrática das populações, para um maior escrutínio das políticas públicas locais, para responder a nível local aos desafios da emergência climática, para combater o desperdício financeiro e diminuir o gasto público.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Odemira, reunida em sessão ordinária em 25 de Fevereiro de 2022, Delibera: -----

----- - Manifestar mais uma vez a necessidade de implementar as Regiões Administrativas previstas na Constituição da República Portuguesa; -----

----- - Recomendar ao Executivo Municipal que aprofunde o seu empenhamento na criação das Regiões Administrativas, estimulando o esclarecimento e a participação popular através de debates e outras formas de mobilização cívica.-----

----- ODEMIRA, 25 de Fevereiro de 2022-----

----- Ventura Ramalho -----

----- Deputado Municipal do Bloco de Esquerda” -----

----- D) BANCADA DA INICIATIVA LIBERAL-----

----- Interveio a Senhora Ana Paula Pereira que iniciou a sua intervenção por felicitar a eleita pelo Partido Socialista, Tânia Neves, pelo seu estado de graça, desejando-lhe as melhores felicidades. -----

25-02-2022

-----Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a indicação dos temas e conclusões após a reunião realizada no passado mês de dezembro e referida na ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia dezassete de dezembro, com a Associação de Beneficiários do Mira (ABM), a Agência Portuguesa do Ambiente e entidades relacionadas com o turismo, entre outras, para debater a questão da água e o uso sustentável da mesma.-----

-----Referiu ainda que o programa Orçamento Participativo de Odemira supostamente estaria em avaliação, no entanto, e visto que já tinham iniciado a divulgação para participação da próxima edição, questionou quais foram as conclusões sobre avaliação efetuada.-----

-----A Senhora Ana Paula Pereira parabenizou ainda o Município de Odemira pela retirada do telhado de amianto do edifício conhecido como Fábrica do Miranda, em Odemira, e questionou sobre o que estava equacionado a médio e longo prazo para aquele edifício icónico para o concelho.-----

-----Afirmou, ainda, que as estradas municipais eram de extrema importância para o concelho, mas os arruamentos da vila também o eram e, nesse sentido, perguntou se estava prevista a reparação da rua entre a Praça José Maria Falcão e o Mercado Municipal, em Odemira, que se encontrava em elevado estado de degradação.-----

-----Por último, apresentou o seguinte documento escrito:-----

-----**“VOTO DE REPÚDIO E SOLIDARIEDADE**-----

-----No passado dia 24 de fevereiro de 2022, acordámos com as notícias de ataques à Ucrânia, tendo o país sido invadido por tropas russas. A iniciativa liberal está totalmente solidária com o povo ucraniano sob ataque criminoso do regime autocrático russo.-----

-----Um ataque que, para a Iniciativa Liberal, representa um ataque a todo o mundo livre e a tudo aquilo que ele representa.-----

-----Além de prestarmos a nossa total solidariedade ao povo ucraniano e à sua coragem e dignidade na luta pela sua liberdade, queríamos manifestar o nosso profundo pesar pelo

regresso da guerra à Europa.-----

----- Em democracia não podemos deixar passar em branco a cultura de violência, como tal e nos termos da alínea c) do nº. 2 do Artigo 26º do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, A Iniciativa Liberal propõe que, na reunião de 25 de fevereiro de 2022, a Assembleia delibere: -----

----- - Repudiar a invasão da Ucrânia por parte das tropas russas; -----

----- - Solidarizar-se com o povo ucraniano, incluindo os ucranianos e luso-ucranianos residentes no nosso Concelho.-----

----- A Eleita pela Iniciativa Liberal -----

----- Ana Paula Marques Pereira”-----

----- Às questões colocadas interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que: -----

----- - realçou a fase importante que o concelho estava a ter ao nível da Saúde. Revelou que no Centro de Saúde de Odemira estavam inscritas trinta e quatro mil pessoas, ou seja, acima do número de habitantes resultantes dos últimos Censos 2021, situação que poderia dever-se à falta de atualização das respetivas listas. Informou ainda que atualmente encontravam-se ao serviço dezoito médicos, que apesar de não ser a situação ideal, representava uma melhoria significativa no quadro de médicos e enfermeiros relativamente a um passado recente, conseguindo dotar cerca de vinte e sete mil e oitocentas pessoas com médico de família. -----

----- Informou ainda que, atualmente, no Centro de Saúde de Odemira, já existiam algumas consultas de especialidades e estava para breve a abertura de um espaço que irá permitir a realização de análises ao sangue, entre outras, o que irá evitar a necessidade de deslocação dos utentes a outros locais para o efeito. Informou que a existência de mais recursos humanos e materiais tem a ver com um posicionamento diferente da gestão atual da própria Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA). Numa perspetiva de investimentos em novo

25-02-2022

equipamento para o Litoral Alentejano, foi aprovado em sede de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) cerca de cinco milhões de euros e comunicado pelo Conselho de Administração da ULSLA que estava adjudicada para o concelho de Odemira, a Extensão de Saúde de São Martinho das Amoreiras e de São Luís; estava prevista também a beneficiação do Dispensário de Sabóia e da nova SUB de Odemira. A Extensão de Saúde de Vila Nova de Milfontes estava dependente de uma reorçamentação e revisão do projeto devido a questões relacionadas com a eficiência energética. -----

----- - referiu que o Plano de Urbanização da AFIPR de Vila Nova de Milfontes estava terminado e iriam iniciar a discussão pública do mesmo, pretendendo-se alargar essa discussão o mais possível, em cinco ou seis sessões no próprio local. Realçou a coragem do anterior Executivo para avançar com aquele processo e agora este Executivo tinha de ter a coragem gigantesca para concluí-lo neste mandato e para aproveitar as linhas de financiamento, designadamente do PRR para as soluções de habitação e de infraestruturas. Relembrou que se tratava de um processo de várias décadas de destruição de um espaço rural.-----

----- - considerou que na política nacional de migração, que poderá ser contestável ou não, quando os números eram cegos, no sentido de apenas se avaliar o facto de o país precisar de pessoas, o país eventualmente não estaria a fazer o melhor acolhimento dessas pessoas, facto que estava inclusivamente a ocorrer no concelho, porque estavam a ter problemas com a integração e o acolhimento. Nesse sentido, informou que o Executivo Municipal estava junto do Governo a avaliar um conjunto de soluções, com apoio comunitário, para mitigar aquela questão.- -----

----- - informou que estava a trabalhar, juntamente com as Infraestruturas de Portugal, a elaboração de um projeto para a ciclovia entre as Brunheiras e Vila Nova de Milfontes, que poderá resolver o problema quanto à segurança dos peões e ciclistas naquela estrada nacional. --

----- - considerou que a primeira edição da Semana Aberta tinha corrido bastante bem e

seria para continuar trimestralmente durante o mandato, estando já agendadas em maio nas Freguesias de Longueira/ Almogrove e de Vila Nova de Milfontes; em setembro nas Freguesias de Boavista dos Pinheiros, de São Salvador e Santa Maria e de São Luís; em novembro nas Freguesias de São Martinho das Amoreiras, de Colos, de Relíquias e de Vale de Santiago; e em fevereiro do próximo ano na Freguesia de São Teotónio. Informou que durante a semana houve encontros/ reuniões com o Executivo Municipal, os Dirigentes Municipais e os Presidentes das Juntas de Freguesia, com as forças vivas locais e, bem assim, com entidades regionais e nacionais externas, designadamente com a CP - Comboios de Portugal, a Rodoviária do Alentejo, a AgdA - Águas Públicas do Alentejo, a Guarda Nacional Republicana e a ULSLA para debaterem questões relacionadas com a intervenção daquelas entidades naquele território, tendo inclusivamente sido alcançados alguns compromissos. -----

----- em relação à seca, informou que estavam preocupados e atentos àquela problemática, mas que o abastecimento público estava garantido. Referiu que a albufeira de Santa Clara estava com quarenta e um por cento da sua capacidade, ou seja, com cerca de duzentos hectómetros cúbicos de água, que representava mais do que toda a capacidade de armazenamento existente no Algarve. A Barragem do Monte da Rocha estava com níveis inferiores à Barragem de Santa Clara, mas iria ser ligada ao Alqueva. Sobre o problema da falta de água informou que pretendiam até ao final do presente ano ter consolidado entre todas as partes interessadas um Pacto para o Uso Sustentável da Água, com o objetivo de na próxima década, apesar do cenário/ contexto desfavorável em termos de pluviosidade, ter a capacidade de gestão da Barragem de Santa Clara do ponto de vista da sua provisão, seja para abastecimento público, seja para a rega ou outro usos, com a antecipação de dois anos e melhoria da cota atualmente existente.-----

----- Como medidas essenciais pretendiam diminuir as perdas, que eram relativamente elevadas quando se comparavam valores brutos, e tornar o uso mais circular da água, estando

25-02-2022

este estudo, a ser elaborado pela ABM, com financiamento do PDR; a ETA de Vila Nova de Milfontes continuará a funcionar porque ainda não houve a possibilidade de a AgdA efetuar o tratamento da água a partir da ETA do Almogrove, situação que posteriormente permitirá a redução de perdas naquele sistema; pretendia-se ainda efetuar o estudo batimétrico da Barragem para saber o nível de assoreamento da mesma, a capacidade de captação e a sua sustentabilidade. Ao nível Municipal, pretendiam trabalhar mais na eficiência e uso circular da água no abastecimento público e na água não faturada, através de uma melhor gestão nos jardins públicos, reutilização das águas das ETAR's e da identificação dos sistemas mais vulneráveis e com mais perdas, com vista à sua reparação/ substituição; novas redes de abastecimento público e campanhas de uso mais responsável da água. Pretendiam ainda trabalhar com os agricultores as boas práticas agrícolas de mobilização do solo e de coberto vegetal que melhorassem as reservas de água nos solos. -----

----- - manifestou o apoio do Executivo Municipal às reivindicações da Assembleia Municipal aprovadas a nove de maio do ano transato. -----

----- - informou quanto à estrada municipal entre Relíquias e São Luís, que se pretendia efetuar uma intervenção de fundo e quando referia beneficiação previa a melhoria de todo o tapete. Informou ainda que o projeto que se encontra concluído, cuja obra estava adjudicada referia-se ao troço entre São Luís e Monte da Estrada, prevendo-se a elaboração este ano do projeto para o troço entre o Monte da Estrada e Relíquias, para posterior lançamento do concurso. -----

----- - referiu que o abastecimento de água aos Foros do Freixial, Brunheiras, estava dependente da consolidação das áreas urbanas em sede de elaboração do Plano de Urbanização da AFIPR de Vila Nova de Milfontes, para posterior execução das redes de abastecimento. -----

----- - o Crematório solicitado em abaixo-assinado estava em fase de análise e decisão, tendo já verificado que existiam duas propostas de modelo de gestão para aquele equipamento,

sendo uma municipal e outra empresarial, pese embora esta não seja apelativa para as empresas. Informou que inclusivamente já tinha falado sobre aquela questão com o Município de Ferreira do Alentejo, com vista a verificar como estava a decorrer aquele projeto naquele concelho.-----

----- - quanto à antiga carpintaria na rua de acesso à Biblioteca Municipal, informou que o espaço, face à sua relevância arqueológica, muito dificilmente poderia ser utilizado para construção de habitação, podendo designadamente ser transformado em miradouro, situação ainda a analisar.-----

----- - informou que o concurso para a construção do Arquivo Municipal tinha ficado deserto, pelo que iriam lança-lo novamente, assim como o concurso do Centro Escolar de São Luís e do Centro de Atividades Ocupacionais de Odemira, pelos mesmos motivos. -----

----- - revelou que a Vila Formosa tinha sido vendida ao Grupo Camposol que pretendia utilizar aquele espaço para agricultura. O projeto PIN ainda se mantinha e existia um grupo de pessoas que se estava a movimentar para que assim se mantivesse.-----

----- - informou que o Centro de Inovação e Excelência estava concluído e mobilado, podendo receber as iniciativas previstas para o mesmos, designadamente para receber investigadores e cientistas.-----

----- - referiu que o Mercado Municipal de Odemira tinha um estudo de diagnóstico elaborado por uma equipa externa, que irá apresentar uma proposta para revitalização do mesmo, que poderá também albergar algumas dimensões culturais. Quanto à Casa do Arco informou que a reabilitação do edifício tinha de começar pela reparação do telhado e ainda se encontravam a avaliar a melhor solução para aquele espaço, no entanto, lembrou que a aposta deste Executivo Municipal era nas indústrias culturais e recreativas. -----

----- - informou que o concurso do apoio balnear do Almogrove se encontrava na fase de análise de propostas. -----

25-02-2022

----- - quanto à avaliação do programa Orçamento Participativo de Odemira informou que reuniram com as Juntas de Freguesia e que as questões mais relevantes eram referentes à apresentação de propostas e à realização de assembleias participativas com vista a mobilizar a participação da sociedade civil.-----

----- - quanto à Fabrica do Miranda, informou que tinha efetuado a reparação do telhado que apresentava várias infiltrações e era de amianto; também pretendiam realocar as oficinas municipais para a zona do Bemparece, com vista a melhorar as condições dos trabalhadores municipais, libertando o espaço com vista a ser integrado no âmbito de um projeto em rede de valorização do património histórico de Odemira, que ainda estava em estudo e pretendiam alargar esse estudo à participação à comunitária.-----

-----Por último, informou que não estava prevista para breve a reparação de arruamentos em Odemira, mas iria solicitar aos serviços que verificassem se se poderia minimizar o problema.-----

-----Interveio o Senhor João Quarema que, relativamente ao abastecimento de água a Foros do Freixial, nas Brunheiras, referiu que não compreendia aquela justificação, tendo em conta que os territórios que se encontram na margem direita da estrada nacional, também pertencentes à AFIPR de Vila Nova de Milfontes, tinham abastecimento de água. Informou ainda que esta justificação não tinha sido colocada pelo anterior Executivo Municipal durante as diversas questões que efetuou sobre o tema, uma vez que as respostas apresentadas se reportavam sempre a prazos de execução que foram sucessivamente adiados. Relembrou também que existia naquela zona edificado consolidado e atividade económica há várias décadas.-----

-----Por último, considerou que o anterior Executivo Municipal não tinha tido a coragem de avançar com aquele processo, mas sim a habilidade de o ter empurrado com a barriga até este Executivo.-----

----- Interveio o Senhor Nuno Góis que informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal ainda não tinha respondido às questões apresentadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador e Santa Maria.-----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a reunião para um intervalo de quinze minutos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira.-----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos, dando continuidade ao tratamento do ponto três do Período Antes da Ordem do Dia, designadamente à votação dos documentos apresentados, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

----- 1. **MOÇÃO**, sobre “SOLIDARIEDADE COM A UCRÂNIA” apresentada pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária apresentaram a seguinte Declaração de Voto Verbal: “Não podemos não condenar o recente conflito que rebentou há poucos dias, a dita e fatual invasão Rússia à Ucrânia. É para nós uma tragédia humanitária e numa guerra ninguém ganha. Votamos a favor da Moção do PS e esperamos que daqui para a frente, e relativamente a outros conflitos que já foram mencionados nesta Assembleia Municipal noutros mandatos, e conflitos que estão neste momento a acontecer pelo Mundo, sejam motivo de Moções semelhantes e atitudes semelhantes por parte das Bancadas como estamos a ver aqui hoje. Se não, corremos o risco de cair numa atitude de embarcar numa histeria coletiva e numa atitude que representa uma grande hipocrisia ou então numa grande ignorância daquilo que é a história universal. Saúdo a Moção, mas creio que pode pecar um pouco por falta de extensão e falta de

25-02-2022

profundidade na sua análise geopolítica.”-----

-----2. **MOÇÃO**, sobre “SAÚDE EM ODEMIRA” apresentada pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----3. **PROPOSTA**, para criação do “GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO DA SAÚDE” apresentada pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----4. **MOÇÃO**, sobre “8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER” apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----5. **VOTO**, sobre “EM DEFESA DA PAZ E PELO FIM DA ESCALADA DE CONFRONTAÇÃO NA EUROPA” apresentado pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, foi rejeitado por maioria, com vinte votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos contra dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto

contra do eleito pelo Bloco de Esquerda, um voto contra da eleita pela Iniciativa Liberal e dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. Foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto verbais:-----

----- - pelos eleitos do Partido Socialista: “A guerra será sempre um péssimo prognóstico para a evolução do Mundo, do nosso Mundo e do Mundo em que todos pertencemos. A retórica nunca deve ser contra ou a favor de um Estado A, B ou C, mas deve ser sempre contra quem invade, contra a invasão, contra a violência e contra quem viola, e por estas influências diretas, nunca podemos votar a favor de um documento que julga e acusa a NATO (da qual Portugal é membro), e que acusa a Ucrânia de ser instrumentalizada. Desta forma a intervenção da CDU entristece certamente a Democracia e só nos reforça aquilo que está escrito e descrito na Moção apresentada por esta Bancada”; -----

----- - pelos eleitos da Coligação Juntos Para Cumprir Odemira: “Nós somos pela liberdade e a liberdade passa também pelo povos poderem optar pelas suas adesões e se querem aderir ou não a um bloco, desde que o povo se manifeste assim. Nunca podemos ser a favor da invasão seja de quem for. Um ditador é sempre mau e uma guerra é sempre má. Não há bons nem maus. Não há boas nem más imposições de vontade.” -----

----- 6. **PROPOSTA**, para criação do “GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DO ESTADO DAS ESTRADAS NO CONCELHO DE ODEMIRA” apresentada pelos eleitos da Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda, um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal e quatro abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

25-02-2022

-----7. **MOÇÃO**, sobre “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES” apresentada pelo eleito pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda, um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal e duas abstenções dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----8. **RECOMENDAÇÃO**, sobre “PELA REGIONALIZAÇÃO” apresentada pelo eleito pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda, dois votos contra dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira e uma abstenção da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----9. **VOTO**, de “REPUDIO E SOLIDARIEDADE” apresentado pela eleita pela Iniciativa Liberal, foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda, um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----Antes de se iniciar o tratamento dos assuntos constantes na Ordem do Dia, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração a inclusão de um décimo sétimo ponto intitulado “Proposta n.º 3/2022- V IPR – Processo de Transferência de Competências para o Município de Odemira no Domínio da Ação Social: apreciação e deliberação.”, proposto por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Interveio o Senhor Nuno Góis que solicitou esclarecimentos quanto à urgência do presente assunto que apenas tinha sido disponibilizado neste dia durante a tarde. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o processo de transferência de competências para os municípios tem sofrido alterações sucessivas, tendo agora sido dada a oportunidade de adiar por mais um ano na área da Ação Social conforme Decreto-Lei publicado a catorze de fevereiro. Como ainda se encontravam a preparar o processo de transferência de competências na área da Educação, foi considerado que o Município de Odemira poderia adiar a aceitação da competência na área de Ação Social até o início de junho deste ano, autorização que carecia da aprovação da Assembleia Municipal e por esse facto foi enviado o assunto apenas nesta data. -----

----- Não se registando mais intervenções, esta proposta de inclusão foi aprovada por consenso. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2022: 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL; 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -----

----- “6 - ASSUNTO N.º 0160-2022 - 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2022: 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL; 1ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS. -----

----- Foi presente a informação n.º 870/2022, datada de 10 de fevereiro de 2022, da Divisão

25-02-2022

Financeira e Contratação Pública, a apresentar a 3ª Modificação Orçamental - 2022: 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 1ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal (PAM), 1ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos(PPI), que apresenta os seguintes valores: ----

-----ORÇAMENTO DA RECEITA:-----

-----Inscrições/reforços: 9.532.269,45€ (Nove milhões, quinhentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos);-----

-----Diminuições/anulações: 7.025.000,00€ (Sete milhões e vinte e cinco mil euros); -----

-----ORÇAMENTO DA DESPESA: -----

-----Inscrições/reforços: 2.543.269,45€ (Dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos);-----

-----Diminuições/anulações: 36.000,00€ (Trinta e seis mil euros); -----

-----PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL:-----

-----Inscrições/reforços: 1.529.850,00€ (Um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta euros); -----

-----Diminuições/anulações: 148.200,00€ (Cento e quarenta e oito mil e duzentos euros).--

-----PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-----

-----Inscrições/reforços: 678.000,00€ (Seiscentos e setenta e oito mil euros);-----

-----Diminuições/anulações: 28.000,00€ (Vinte e oito mil euros).-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos e remessa à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a

qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra da eleita pela Iniciativa Liberal, uma abstenção dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira e uma abstenção do eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** PROTOSCOLOS DE COLABORAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -----

----- “5 - ASSUNTO N.º 0052-2022 - PROTOSCOLOS DE COLABORAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO -----

----- Foi presente a informação n.º 214-2022, data de 14 de janeiro de 2022, proveniente da Divisão de Educação, na qual consta que o Município de Odemira aderiu ao programa de generalização do fornecimento de refeições escolares para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, o qual visa garantir o acesso às refeições escolares de todos os alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Com o mesmo propósito de “garantir a todas as crianças uma refeição equilibrada” e assumindo uma política de igualdade e de fomento de acesso ao ensino pré-escolar o Município de Odemira tem vindo a assumir, nos mesmos moldes do 1.º Ciclo, a generalização do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-Escolar do concelho. -----

----- Em face do exposto, e tendo em conta o elevado número de refeições escolares a fornecer, as distâncias entre os vários estabelecimentos de ensino, e ainda que os Municípios, de acordo com os n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Capítulo I do Anexo IV do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, podem realizar parcerias com agrupamentos de escolas e escolas não

25-02-2022

agrupadas ou entidades que reúnam condições necessárias à apresentação de projetos neste âmbito, propõe-se nos termos da alínea u), conjugada com a alínea hh), ambas do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a aprovação das minutas dos Protocolos de Colaboração para fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos da Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho, cujo valor total importa em 415.820,83€, a celebrar com as seguintes entidades:-----

-----• Agrupamento de Escolas de S. Teotónio-----

-----• Associação Humanitária D. Ana Pacheco-----

-----• Casa do Povo de Relíquias -----

-----• Casa do Povo de S. Martinho -----

-----• Casa do Povo de S. Luís-----

-----• Instituto Nossa Senhora de Fátima-----

-----• Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade -----

-----• Junta de Freguesia do Vale de Santiago-----

-----• Sociedade Recreativa S. Teotoniense – “Os Calculinhos”.-----

-----Propõe-se ainda que sejam concedidos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar os protocolos supracitados em representação do Município.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar todos os protocolos nos termos propostos, bem como a remessa do Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Vale de Santiago à Assembleia Municipal para aprovação ".-----

-----Propõe-se para aprovação e posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

----- Interveio a Senhora Ana Paula Pereira para questionar se era feita alguma avaliação do serviço prestado pelas entidades com quem foram protocoladas as refeições e de quem era essa responsabilidade, alertando para o facto de a qualidade ter diminuído. Perguntou ainda se não seria pertinente abrir um concurso em vez de protocolar as refeições.-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a responsabilidade da avaliação era do Município de Odemira e que iriam efetuar essa monitorização. Disse ainda que enquanto esteve no Município essa supervisão era efetuada, desconhecendo se nos últimos anos isso tinha ocorrido.-----

----- Relativamente ao concurso referiu que já tinha sido em tempos efetuado, por lotes, mas ninguém tinha concorrido e, por esse facto, decidiram começar a efetuar os protocolos com as entidades, fazendo assim fornecimentos de proximidade, com a economia local, promovendo a valorização dos recursos já existentes e de entidades que já prestavam esses serviços no território. Referiu que este procedimento permitia ainda que existisse um nível elevado de qualidade do serviço prestado face à proximidade que as entidades tinham dos seus clientes. Por último, afirmou que a intenção no futuro era trabalhar com as produções locais biológicas e sustentáveis existentes no concelho.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e uma abstenção da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto três:** PROPOSTA N.º 1/2022 P - ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA COZINHA DO REFEITÓRIO ESCOLAR DE BICOS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no

25-02-2022

maço de documentos desta reunião: -----

-----“3 - ASSUNTO N.º 0072-2022 - PROPOSTA N.º 1/2022 P - ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA COZINHA DO REFEITÓRIO ESCOLAR DE BICOS-----

-----Foi presente a Proposta n.º 1/2022, datada de 27/01/2022, proveniente do Gabinete de Apoio ao Presidente, que seguidamente se transcreve:-----

-----"Proposta n.º 1/2022 P - Acordo de Execução para a Adequação e Modernização da Cozinha do Refeitório Escolar de Bicos -----

-----O Município de Odemira, em prol da promoção do bem-estar dos munícipes e nas competências que lhe são atribuídas no âmbito da educação e funções conexas, pretende adequar e modernizar o refeitório escolar da localidade de Bicos. -----

-----A Junta de Freguesia Vale de Santiago, em conjunto com o Executivo Municipal, assumiu a prioridade de adequar e modernizar o refeitório escolar, dotando-se das devidas condições para a preparação e confeção de refeições para as crianças da Escola EB1 de Bicos, adequando o espaço à legislação em vigor. -----

-----Para a sua concretização, considerando a disponibilidade manifestada, propõe-se a celebração de um Acordo de Execução entre o Município de Odemira e a Junta de Freguesia de Vale de Santiago, atribuindo um apoio financeiro no valor total de 10.645,00€ (Dez mil seiscientos e quarenta e cinco euros).-----

-----Assim, tenho a honra de propor à Exma. Câmara Municipal, de harmonia com a alínea m) do n.º 1 do artigo n.º 33 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que delibere e aprove o presente Acordo de Execução a celebrar entre o Município de Odemira e a Junta de Freguesia de Vale de Santiago, e bem assim, aprove remeter o assunto para efeitos de autorização à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Odemira, 27 de janeiro de 2022-----

----- O Presidente da Câmara Municipal -----

----- a) Helder Guerreiro, Eng.º”. Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como posterior remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, bem como a remessa à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto quatro:** ANTIGO EDIFÍCIO DENOMINADO CASA DO POVO DE SABÓIA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -----

----- “5 - ASSUNTO N.º 0159-2022 - ANTIGO EDIFÍCIO DENOMINADO CASA DO POVO DE SABÓIA: APROVAÇÃO DA MINUTA DE AUTO DE CEDÊNCIA -----

----- Foi presente a informação n.º 925-2022, datada de 11 de fevereiro de 2022, proveniente da Divisão Financeira e Contratação Pública, a qual propõe a aprovação da Minuta do Auto de Cedência do imóvel intitulado por Casa do Povo de Sabóia, propriedade da Junta de Freguesia de Sabóia, entidade cedente deste imóvel, ao Município de Odemira, para instalação de Associações Locais, bem como criação de espaços de encontro entre gerações que permita o convívio e a partilha revivendo momentos e vivências de outrora. -----

----- Em face do exposto, propõe-se:-----

----- 1. A aprovação da Minuta do Auto de Cedência anexo à informação supra, a qual

25-02-2022

prevê a cedência do imóvel em causa por um período de dez anos, a título não oneroso. -----

-----2. A aprovação de plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para assinatura dos documentos, em representação do Município.-----

-----3. O envio para aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.’’ -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes o prolongamento da reunião por mais trinta minutos, nos termos do número cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, tendo sido aprovado por consenso.-----

-----**Ponto cinco:** ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ODEMIRA, NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -----

-----“6 - ASSUNTO N.º 0135-2022 - ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ODEMIRA, NO ÂMBITO DO REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

-----Foi presente a informação n.º 816-2022, datada de 09 de fevereiro de 2022,

proveniente da Divisão de Planeamento, relativa à revisão do Plano Diretor Municipal de Odemira, onde se propõe: -----

----- 1. A apreciação e aprovação do «Relatório de Ponderação das participações recebidas durante o Período de Discussão Pública»;-----

----- 2. A aprovação da proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Odemira, no âmbito do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, que se manteve inalterada face à inexistência de participações durante o período de discussão pública. -----

----- 3. Remeter para a Assembleia Municipal para apreciação e aprovação da proposta de alteração ao Plano Diretor Municipal de Odemira, no âmbito do RERAE; -----

----- 4. Posteriormente dar conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Alentejo da deliberação da Assembleia Municipal e da documentação que a acompanha, em caso de aprovação.-----

----- Propõe-se para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

----- Interveio o Nuno Góis que referiu que o prazo do período de discussão pública deste assunto tinha sido apenas de quinze dias, não se registando qualquer participação. Nessa conformidade, questionou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal porque não alargaram o referido prazo por forma a permitir mais participações dos munícipes.-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o prazo estipulado teve em conta a necessidade de cumprir a calendarização dos procedimentos obrigatórios sobre esta matéria, sob pena de não poderem aceder aos fundos comunitários. Referiu ainda que se tratava apenas e ainda de uma proposta preliminar que tinha de ser avaliada na primeira reunião da Comissão Consultiva prevista para o início de março. Todavia, pretendiam posteriormente promover um momento de discussão pública da revisão do Plano

25-02-2022

Diretor Municipal de Odemira muito mais alargado e forte, estando equacionado a contratação de um processo de participação pública bastante rico e interessante, onde serão consideradas as respetivas participações dos munícipes. -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto seis:** GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DO MAPA DE PESSOAL: PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião:-----

-----“1 - ASSUNTO N.º 0158-2022 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DO MAPA DE PESSOAL: PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022-----

-----Foi presente a informação n.º 926-2022, datada de 11 de fevereiro de 2022, proveniente da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, na qual consta a Proposta que seguidamente se transcreve:-----

-----“PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/2022-----

-----I – ENQUADRAMENTO E PROCEDIMENTOS EFETUADOS -----

-----Em cumprimento das orientações superiormente recebidas, apresenta-se em anexo o Mapa de Pessoal com as alterações propostas, elaborado de acordo com o disposto nos art.ºs 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugado com o art.º 3.º do Decreto-Lei

n.º 209/2009, de 3 de setembro. -----
----- Com a entrada em vigor da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (LTFP), foi revogada a Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27/02 (com exceção das normas transitórias abrangidas pelo art.ºs 88.º a 115.º), permanecendo em vigor o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3/09, que procedia à adaptação da LVCR à administração local. -----

----- No âmbito das Autarquias Locais, a presente Alteração está sujeita a autorização prévia do dirigente máximo do serviço e à submissão do assunto a deliberação do órgão executivo, sendo ainda a proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal submetida a aprovação do órgão deliberativo municipal (n.º 2, art.º 3.º DL n.º 209/2009, de 3 de setembro). -----

----- 1. Apresentação de ocorrências verificadas desde a aprovação do Mapa de Pessoal 2022 (Mobilidades e Entradas e Saídas de Trabalhadores): -----

----- 1.1 Mobilidades Internas a operar na mesma Carreira e Categoria: -----

----- No Mapa de Pessoal em vigor, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 17 de dezembro, com proposta de aprovação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada a 09 de dezembro do ano transato, procedeu-se à afetação de trabalhadores, às unidades orgânicas para as quais transitaram, dando-se assim cumprimento ao Despacho n.º 12/2022 P, de 10 de fevereiro, promovendo-se desta forma um ajuste dos recursos humanos após ponderação das necessidades dos serviços. Estas situações de mobilidades internas a operar na mesma carreira e categoria, dentro do mesmo órgão ou serviço, pode consolidar-se, a todo o tempo, por decisão do dirigente máximo do serviço. (n.º 1/art.º 99.º da LTFP). Quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidades, podendo estas operar-se dentro do mesmo órgão ou serviço conforme o disposto no art.º 92º da LTFP. -----

----- 1.2 Atualização de Postos de Trabalho: -----

25-02-2022

-----Procede-se à atualização dos postos de trabalho na Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal, pelos motivos e ocorrências apresentadas na informação e no Mapa de Pessoal: -----

-----Número Total de Ocorrências (Fluxo de Entradas e Saídas): 4-----

-----Entradas: 2-----

-----Saídas: 2-----

-----1.3 Postos de Trabalho “virtuais/cativos”-----

-----Na contabilização dos postos de trabalho não foram apurados os trabalhadores que se encontram provisoriamente em exercício de funções ao abrigo de figuras de mobilidade geral ou providos em cargos em regime de comissão de serviço. Estes postos de trabalho “virtuais/cativos”, estão relacionados com o serviço e/ou carreira de origem dos trabalhadores que se encontram presentemente numa das seguintes situações: -----

----- Em Regime de Mobilidade entre Órgãos e Serviços em outra entidade;-----

----- Em Regime de Licença sem Remuneração superiores a 12 meses;-----

----- Em exercício de cargo dirigente no Município de Odemira ou em outra entidade;-----

----- Em cargo de nomeação/designação (por exemplo, membro de gabinetes) ou eleito em outra entidade;-----

----- Em Procedimento Concursal em outra entidade (em período experimental).-----

-----Número de Postos de Trabalho “virtuais/cativos” (com um Total de 25 situações)-----

----- Em Regime de Mobilidade entre Órgãos e Serviços: 1-----

----- Em Regime de Licenças sem Remuneração (superior a 12 meses): 5-----

----- Em exercício de cargo dirigente (neste Município ou outras entidades): 18-----

----- Em cargos de nomeação/designação (adjunto Presidente): 0-----

----- Em Procedimento Concursal em outra entidade: 1-----

-----2. Criação de Postos de Trabalho por Procedimentos Concurrais, por Recurso a Reservas de Recrutamento ou pelo Regime de Mobilidade: -----

----- 2.1 Criação de Postos de Trabalho: -----

----- Deste modo e para efeitos de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, apresentam-se na informação e Mapa de Pessoal os postos de trabalho que foram aditados para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, perfazendo um total de 32 postos de trabalho a prover;-----

----- 2.2 Preenchimento de Postos de Trabalho por recurso a Reservas de Recrutamento ----

----- De acordo com o Mapa de Pessoal em vigor, e para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 29.º e das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 31 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014 de 20/06), pretende-se o preenchimento de postos de trabalho por recurso a reservas de recrutamento ativas para ocupação de 30 postos de trabalho afetos às unidades orgânicas indicadas na informação. -----

----- Cumpre informar que as reservas de recrutamento decorrem na sequência de procedimentos concursais para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nas carreiras/categorias Técnico Superior, Assistente Técnica e Assistente Operacional para as diferentes unidades orgânicas do Município, dos concursos já concluídos (Técnico Superior nas áreas de Eng.^a Florestal e Solicitadoria e Assistente Operacional - Cemitério) e de concursos que se encontram a decorrer, após a publicação das listas de ordenação final devidamente homologadas; -----

----- 2.3 Regime de Mobilidades Intercarreiras ou Intercategorias dentro do mesmo Órgão ou Serviço -----

----- A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho (LTFP) aplicável à administração local por força do n.º 2 do seu art.º 1.º, regula, nos seus artigos 92.º e seguintes, a matéria da mobilidade. -----

----- A mobilidade é determinada pela conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o

imponham. -----

-----A mobilidade interna entre órgãos ou serviços, encontrava-se ainda contemplada nos termos dos art.ºs 25.º e seguintes da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a qual aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2018. -----

-----De referir que de acordo com o art.º 270º da anterior Lei do Orçamento de Estado para 2017, foi aditado o art.º 99-A à LTFP, e em consequência revogado o n.º 11 do art.º 99º da LTFP, em sede de consolidação de mobilidades. -----

-----Para que a mobilidade se possa verificar, o posto de trabalho a ocupar mediante o recurso à utilização desta figura terá de se encontrar previsto no Mapa de Pessoal, deste modo são elencadas 19 situações que correspondem às Mobilidades Intercarreiras ou Intercategorias aprovadas;-----

-----2.4 Previsão de Encargos:-----

-----Em cumprimento do disposto no n.º 5 da Lei n.º 35/2014, de 20/06, a previsão orçamental para suporte dos encargos financeiros decorrentes das situações apresentadas nos quadros referentes à criação de postos de trabalho por Procedimentos Concursais, por Recurso a Reservas de Recrutamento ou pelo Regime de Mobilidade, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, sendo que os procedimentos concursais previstos para as várias carreiras e categorias, nos diferentes serviços terão reflexos na despesa a partir do mês de dezembro, com exceção para os cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau que se prevê a partir de 15 de fevereiro do presente ano. Relativamente aos procedimentos concursais previstos para as várias carreiras e categorias, nos diferentes serviços terão reflexos na despesa a partir do mês de abril, nos casos dos procedimentos concursais já concluídos e no mês de junho e outubro para os procedimentos a decorrer. Quanto aos procedimentos por recurso ao regime de mobilidades intercarreiras ou intercategorias previstos para as diferentes unidades orgânicas contempladas no quadro do Ponto 2.3, a despesa irá refletir-se nos meses do presente ano, conforme informação constante

no mesmo quadro.-----

----- 3. Abertura de Procedimentos Concurais:-----

----- Está previsto na Informação, bem como no Mapa de Pessoal 2022 – 1.ª Alteração, a abertura de novos procedimentos concursais, para um total de 35 Postos de Trabalho em todas as Unidades Orgânicas da estrutura deste Município, para procedimentos concursais, prevendo-se 2 procedimentos por Mobilidades Internas entre serviços, para Vínculo com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado. -----

----- II - PROPOSTA DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL -----

----- 1. Deste modo e para efeitos da Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2022 em vigor, apresenta-se a alteração nos termos e conforme determinado superiormente, não se procedendo à extinção de qualquer posto de trabalho constante do Mapa de Pessoal em vigor. --

----- 2. Após a aprovação do órgão deliberativo municipal mediante proposta de aprovação do órgão executivo, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022 será afixada no edifício da DGRH e inserida na página eletrónica do Município. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, bem como a remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda, nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira e uma abstenção da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

25-02-2022

-----**Ponto sete:** ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO DE 25 LOTES DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO PARA JOVENS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião:-----

-----“5 - ASSUNTO N.º 0081-2022 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO DE 25 LOTES DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO PARA JOVENS-----

-----Foi presente a informação n.º 501-2022, datada de 27 de janeiro de 2022, proveniente dos serviços de Gestão do Património, da Divisão Financeira e Contratação Pública, apresentando a seguinte proposta para que seja criada uma resposta à fixação de jovens no Concelho com base no Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno pertencentes ao Património do Município destinados a construção urbana: -----

-----A. Enquadramento:-----

-----O Município de Odemira, no âmbito das suas atribuições ao abrigo da alínea i) do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tem como missão a promoção de políticas de habitação que visem dar resposta às necessidades do território e que se constituam como resposta à fixação e à melhoria da qualidade de vida da população. -----

-----Considerando que o Executivo Municipal assumiu a habitação como uma das prioridades para o atual mandato autárquico “Odemira 21_25”, promovendo soluções que visem responder aos problemas do concelho neste âmbito, mas simultaneamente tornando o território mais atrativo para todos os que procurem Odemira para residir. -----

-----Assim, a Estratégia Local de Habitação assume-se como um instrumento de planeamento que visa dar respostas concretas e de forma estruturada. -----

-----Um concelho como Odemira vive o complexo e estimulante desafio de fixar jovens no seu território. O acesso à habitação é tido como um dos grandes desafios para quem pretende

formar família e viver no concelho. Dentro de um conjunto de soluções habitacionais que a autarquia irá desenvolver nos próximos anos, a alienação de lotes e disponibilização de habitações municipais através de arrendamento acessível e arrendamento apoiado constituem-se como respostas concretas que o atual Executivo proporcionará aos jovens e jovens famílias.

----- Neste sentido, a disponibilização de lotes a preços convidativos nos Loteamentos Municipais, afigura-se como uma opção viável de resposta, sobretudo às jovens famílias com acesso bonificado ao crédito à habitação. Por esta razão, o desenvolvimento de novos loteamentos e/ou execução de segundas fases nas freguesias de São Teotónio, Vila Nova de Milfontes, Longueira-Almograve, São Salvador e Santa Maria, Colos, Santa Clara-a-Velha e Vale de Santiago será uma prioridade dos próximos anos. -----

----- O Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno Pertencentes ao Património do Município Destinados a Construção Urbana estabelece, de acordo com o artigo 20º, Divisão IV, que a alienação de lotes para construção urbana pode efetuar-se por outras modalidades que se entendam convenientes e oportunas desde que aprovadas por unanimidade da Câmara Municipal. Neste sentido, considerando a vasta oferta disponível nos loteamentos municipais, a presente proposta visa a abertura de um concurso para a alienação de 25 lotes a atribuir a jovens ou famílias jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos.-----

----- A descrição do número de lotes e as suas características, localização geográfica e critérios de atribuição encontram-se descritos nos anexos I e II da presente informação. -----

----- B. Enquadramento Legal:-----

----- I. Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno Pertencentes ao Património do Município Destinados a Construção Urbana -----

----- Artigo 1.º Âmbito -----

----- 1 — Os lotes de terreno, destinados à construção urbana, propriedade da Câmara Municipal de Odemira poderão ser alienados segundo três modalidades: -----

-----a) Hasta pública; -----

-----b) Concurso de classificação; -----

-----c) Outras modalidades que se entendam convenientes e oportunas desde que aprovadas pelo coletivo da Câmara e pela Assembleia Municipal. -----

-----2 — Independentemente da modalidade adotada a Câmara Municipal fixará: o número de lotes a alienar e o preço base. -----

-----3 — Exclui-se do presente Regulamento a alienação de lotes em zonas industriais que será alvo de regulamento específico. -----

-----(...)- -----

-----“Artigo 5º -----

-----Reserva para funcionários públicos, da administração local ou equiparados -----

-----1 — Para os presentes efeitos consideram-se:-----

-----a) Funcionários públicos — todos os funcionários do quadro da Administração Central mesmo que em serviços regionalmente desconcentrados; -----

-----b) Funcionários da administração local — todos os funcionários do quadro da Administração Local; -----

-----c) Equiparados — funcionários não enquadrados nas alíneas a) e b), mas que desempenham funções públicas de reconhecido interesse coletivo, designadamente os magistrados, forças militarizadas e adidos em serviço no concelho;-----

-----d) Só serão aceites os funcionários cuja situação profissional é permanente e estável, excluindo-se desde logo o vínculo precário — contratados, requisitados, prestação de serviços, avançados, e integrados em planos de ocupação — POCS; -----

-----e) Qualquer outro não enquadrado nas alíneas a), b), c) e d) não deverá ser considerado. -----

-----2 — Esta reserva destina-se exclusivamente a funcionários cujo grau de

especialização profissional seja de técnico, técnico profissional, bacharel ou técnico superior em áreas em que o concelho é carente, designadamente nas áreas da saúde, educação, planeamento, ordenamento e construção, gestão e organização. -----

----- 3 — Em cada conjunto de lotes a alienar a Câmara Municipal de Odemira fixará um número de lotes destinados especificamente a esta reserva que não poderá exceder 20% do total com o mínimo de um lote sempre que o número de lotes em concurso seja igual ou superior a três.”-----

----- (...)-----

----- Artigo 20.º Outras modalidades-----

----- A alienação de lotes para construção urbana pode efetuar-se por outras modalidades que se entendam convenientes e oportunas desde que aprovadas por unanimidade da Câmara Municipal. -----

----- II. Regulamento das Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Odemira -----

----- Artigo 13.º Isenções e Reduções-----

----- (...)-----

----- 26 — Os jovens com idade entre os 12 e os 35 anos que sejam portadores do Cartão Municipal Jovem European Youth Card ou Cartão OJOVEM beneficiam dos descontos a seguir enunciados: -----

----- (...)-----

----- b) Aquisição de lotes nos loteamentos municipais para habitação própria e permanente (Jovens maiores de 18 anos, não se aplicando a venda por hasta pública) — 50 %; -----

----- III. Lotes destinados à Fixação de Quadros Técnicos em Funções Públicas -----

----- 1. Na reunião do Coletivo da Câmara Municipal realizada em 18/09/2002, e na reunião da Assembleia Municipal realizada em 27/09/2002, foi aprovada uma proposta, subscrita pelo Vereador da Área da Habitação, através da qual foi autorizada a abertura de

25-02-2022

Concursos para alienação de Lotes de terreno destinados a construção de Habitação própria e permanente, para fixação de Técnicos de Saúde (Médicos e Enfermeiros), Engenheiros Cíveis e Informáticos de Gestão que pretendessem fixar-se no Concelho exercendo a sua atividade profissional no âmbito da Administração Pública.-----

-----A citada proposta permitiu a criação de incentivos a nível de oferta de lotes de terreno urbanizados para construção de Habitação e subsequente fixação de Quadros Técnicos em Funções Públicas no Concelho, sendo que, dos lotes identificados à data e colocados a Concurso resultou a disponibilidade de quatro lotes, não tendo até ao momento recaído qualquer interesse nos mesmos. -----

-----C. Proposta de deliberação: -----

-----Em face de tudo o exposto, designadamente a disponibilidade de lotes municipais com características propícias ao desenvolvimento das valências de habitação e, a vontade municipal no desenvolvimento de medidas específicas de atração e fixação de jovens, enquadrada que está a necessidade e o respetivo suporte legal, propõe-se: -----

-----1. Que seja revogada a deliberação tomada pelo Coletivo da Câmara Municipal realizada em 18/09/2002, uma vez, que no atual Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno Pertencentes ao Património do Município Destinados a Construção Urbana, aprovado em data posterior, de forma definitiva em 05/11/2003, ficou salvaguardada no artigo 5º a reserva de lotes para Funcionários Públicos, da Administração Local ou Equiparados. -----

-----2. No âmbito da alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º e do artigo 20.º do Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno Pertencentes ao Património do Município Destinados a Construção Urbana, abrir procedimento de atribuição de 25 lotes dos Loteamentos Municipais, devidamente descritos no anexo I da informação, pelo preço base de €10,00/m2; ---

-----3. O presente procedimento é direcionado para fixação de jovens no concelho com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos, beneficiando ainda das isenções e reduções

constantes do n.º 26 do artigo 13.º do Regulamento das Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Odemira (benefício a incidir sobre o preço base exposto em 2.) os jovens detentores do Cartão Municipal Jovem European Youth Card ou Cartão OJOVEM, com idades compreendidas entre os 18 e 35 anos;-----

----- 4. Que o Município de Odemira disponibilize, nos casos aplicáveis, o projeto-tipo existente (estudo prévio) das habitações a edificar, não suportando apoio técnico na elaboração dos necessários projetos de arquitetura, estruturas e/ou especialidades; -----

----- 5. Que o presente procedimento se preceitue pelas condições constante do Anexo II, que é parte integrante da presente proposta. Propõe-se a aprovação da presente proposta pela Câmara Municipal e respetivo envio para aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, bem como a remessa à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.’’-----

----- Interveio o Senhor Nuno Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, que disse o seguinte: “Congratular o Executivo Municipal pela implementação da Estratégia Local de Habitação. Congratular também pela abertura deste procedimento de alienação de vinte e cinco lotes de terreno para jovens, no entanto, como disse o Senhor Presidente, este deve ser um processo para iniciar e quanto a mim não deve ser um processo para encerrar. E a mim deixa-me um pouco preocupado o que vejo aqui escrito num parágrafo que diz que o desenvolvimento de novos loteamentos e/ou a execução de segundas fases e enumera um conjunto de freguesias nas quais são as prioridades. Não vejo aqui a Freguesia de São martinho das Amoreiras que pese embora tenha um Loteamento em Amoreiras-Gare, um Loteamento Municipal, tem graves problemas de habitação na sua sede de freguesia em São Martinho das Amoreiras. Portanto, deixo aqui a pergunta: São Martinho das Amoreiras será também uma dessas prioridades, podemos ficar descansados que vamos ter essa oferta também nos próximos anos?’’.-----

25-02-2022

-----Interveio a Senhora Ana Paula Pereira para questionar se estava prevista a definição de áreas profissionais em que o concelho era mais carenciado, no âmbito da reserva de lotes para funcionários públicos.-----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que reiterou a informação de que este seria um processo para continuar e que a menção às freguesias na proposta referia-se a processos já adiantados que permitem o lançamento de concursos mais rapidamente, sem prejuízo de virem a ser consideradas outras. Referiu que São Martinho das Amoreiras foi das freguesias do concelho de Odemira que mais cresceu demograficamente, segundo os dados nos últimos Censos, sendo por isso intenção do Município encontrar soluções para colmatar essa necessidade existente em habitação. Nesta conformidade, respondeu afirmativamente à pergunta efetuada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, referindo que aquela Freguesia será também uma das prioridades, até porque tinha atualmente procura.-----

-----Por último, informou que não seria definida qualquer área específica para a reserva de lotes a funcionários públicos, sendo apenas previsto o critério “jovem”.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda e um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto oito:** PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE MEDALHAS HONORÍFICAS: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião:-----

-----“2 - ASSUNTO N.º 0127-2022 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO

REGULAMENTO MUNICIPAL DE MEDALHAS HONORÍFICAS-----

----- Foi presente a informação n.º 2-2022, datada de 07 de fevereiro, proveniente do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais e Assessoria Jurídica, na qual consta que o Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 91, de 18 de abril de 2001, e atualmente em vigor, carece de alteração, designadamente pelo facto de se pretender que a atribuição das insígnias previstas no mesmo, passem a ser entregues em cerimónia solene, a realizar no dia 8 de setembro, dia do Feriado Municipal. -----

----- Assim, propõe-se de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma. -----

----- Propõe-se para aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”-----

----- Interveio o Senhor Nuno Góis que informou que os eleitos da Coligação Democrática Unitária consideram que esta proposta desvaloriza a data comemorativa do Vinte e Cinco de abril e os homenageados, porque todos conheciam as cerimónias que decorriam nas Comemorações do Vinte e Cinco de Abril e no Feriado Municipal. Nesse sentido, considerou que colocar os homenageados do Vinte e Cinco de Abril no Feriado Municipal tiraria o peso a ambos.-- -----

----- Interveio o Senhor António Afonso que realçou a importância de dignificar a comemoração do Feriado Municipal e informou que os eleitos do Partido Socialista não recebiam lições de moral de ninguém sobre Democracia, lembrando que as Comemorações do Vinte e Cinco de abril em Odemira têm sido efetuadas com bastante dignidade por Executivos Municipais eleitos pelo Partido Socialista. Disse ainda que estava atónito com a

25-02-2022

intervenção dos eleitos da Coligação Democrática Unitária sobre esta matéria e sobre o que seria o diálogo entre os eleitos daquela Bancada com os representantes no Executivo Municipal que haviam votado favoravelmente esta proposta. Nesse sentido, manifestou-se perplexo com a contradição existente dentro daquele Partido. -----

-----Interveio novamente o Senhor Nuno Góis que referiu: “Agora quem estava atónito fui eu. Eu não dou lições de Democracia a ninguém, nem falei do PS. Falei da visão que temos em relação ao Vinte e Cinco de abril. Quanto ao facto de a nossa Vereadora ter votado favoravelmente este ponto não cria aqui nenhum conflito interno. Até achamos que era interessante de vez em quando os deputados do PS confrontarem os seus Vereadores ou ter uma posição diferente, como foi aqui o caso. Foi pura e simplesmente um mal-entendido.” -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que questionou o que entendiam por “homenageados do Vinte e Cinco de abril”. Informou ainda que o que estava em causa naquela proposta era apenas alterar a data de atribuição das Medalhas, sendo que a cerimónia do Vinte e Cinco de abril se destinava-se a celebrar a importância e a relevância daquele momento, realçando a liberdade, a justiça e a democracia; e, na cerimónia a ser criada no Feriado Municipal, que ainda não existe, pretendiam para além da existência de intervenções sobre o concelho, atribuir as Medalhas Municipais aos ilustres homenageados. Por último, informou que os prémios atribuídos no âmbito do desporto, habitualmente entregues no Feriado Municipal, passariam para um evento específico para o efeito.-----

-----Interveio o Senhor João Quaresma que referiu que “O Deputado Afonso estava atónito com a discrepância dos eleitos do Executivo Municipal e os deputados da Assembleia Municipal da Coligação Democrática Unitária. Vou-lhe lembrar o propósito da Assembleia Municipal que é precisamente fiscalizar o que faz o Executivo. E depois de uma série de acontecimentos na história política do nosso país, nomeadamente por uma passagem de um Governo de direita, em que ficou muito debilitada a fiscalização sobre as atividades dos

municípios, esse ónus recai ainda com mais peso sobre a Assembleia Municipal. Portanto, mal de nós se não podermos discordar até dos nossos eleitos do Executivo. Isto é um indicador salutar de Democracia e não o contrário.” -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos eleitos pela Coligação Juntos Para Cumprir Odemira, um voto a favor do eleito pelo Bloco de Esquerda, um voto a favor da eleita pela Iniciativa Liberal e nove abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. -----

----- Esgotando-se o prazo horário (uma hora e trinta minutos) estabelecido nos números quatro e cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, sem que estivessem deliberados todos os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que será a presente sessão ordinária prolongada para uma segunda reunião, nos termos do artigo quadragésimo sexto, conjugado com o artigo vigésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que se realizará no quatro de março, conforme constava na respetiva convocatória, onde será dada continuidade ao tratamento dos assuntos agendados no Período da Ordem do Dia, ou seja desde o ponto número nove ao número dezassete. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por consenso.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu

25-02-2022

por encerrada a reunião era uma hora e trinta e nove minutos do dia vinte e seis de fevereiro do corrente ano.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Segundo Secretário.-----

----- A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

----- A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----